

UNOCHAPECÓ

MESTRADO  
EM  
CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**

**Daiana Hetzel**

**D  
A  
I  
A  
N  
A  
  
H  
E  
T  
Z  
E  
L**

**CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL:  
GARANTIA DE DIREITOS OU PRODUÇÃO DE SEGREGAÇÃO  
SOCIOESPACIAL?**

Chapecó (SC), 2016

**2016**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**

**CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL:  
GARANTIA DE DIREITOS OU PRODUÇÃO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL?**

*Daiana Hetzel*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, como parte dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador(a): Silvana Terezinha Winckler.

Co-orientador(a): Clarete Trzcinski

Chapecó (SC), agosto, 2016

Ficha catalográfica elaborada por Fabricia Rodrigues Fortes - CRB 14/551

H59lc Hetzel, Daiana  
Conjunto habitacional de interesse social: garantia  
de direitos ou produção de segregação socioespacial?  
/ Daiana Hetzel.-- 2016.  
80 f.: 30 cm.

Dissertação (mestrado em ciências ambientais) - Universidade  
Comunitária da Região de Chapecó, 2016.  
Inclui bibliografias.

1. Política habitacional - Chapecó (SC). 2. Direito  
à moradia. 3. Habitação popular - Chapecó (SC). I. Winckler,  
Silvana Terezinha. II. Trzcinski, Clarete. III. Título.

CDD: Ed. 21 -- 363.5



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ  
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais

**CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL:  
GARANTIA DE DIREITOS OU PRODUÇÃO DE  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL?**

**Daiana Hetzel**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Ambientais**  
sendo aprovado em sua forma final.

---

Prof.<sup>a</sup> Silvana Terezinha Winckler, Dra. em Direito  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Cláete Trzcinski, Dra. em Engenharia de Produção  
Coorientadora

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Jane Cruz Prates, Dra. em Serviço Social

---

Prof.<sup>a</sup> Myriam Aldana Vargas Santin, Dra. em Ciências Humanas

Chapecó, 28 de setembro de 2016.

## DEDICATÓRIA

*A todas as pessoas que contribuíram e me incentivaram durante a realização deste estudo em especial à minha filha Luiza e meu marido Leandro.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida e todas as condições necessárias para a realização dessa pesquisa.

À minha família, obrigado pelo estímulo e colaboração nesse período.

Ao Leandro, meu marido, pela compreensão e carinho nos momentos mais difíceis.

À minha filha Luiza por ser a motivação necessária para essa pesquisa.

Às professoras Silvana e Clarete pela paciência e confiança.

Aos técnicos do Programa de Pós-Graduação.

À UNOCHAPECÓ pela concessão da bolsa de estudo.

A todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração dessa pesquisa os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

HETZEL, Daiana. Conjunto habitacional de interesse social: garantia de direitos ou produção de segregação socioespacial?. Dissertação (Mestrado). Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2016. 81 p.

A presente pesquisa tem por objeto de estudo os conjuntos habitacionais de interesse social. Nosso objetivo geral foi analisar a qualidade da moradia oferecida no Conjunto Habitacional denominado Loteamento Expoente de Chapecó, tendo em vista o direito à moradia digna e a construção da cidadania. Neste trabalho, refleti sobre desenvolvimento sustentável e a evolução desse tema nas políticas voltadas às questões habitacionais. Assim, apresento uma análise dos principais eventos ocorridos mundialmente sobre as questões de assentamentos humanos. Em seguida, é feito um resgate sobre a política de habitação no Brasil. Também discuto o entendimento da habitação como uma necessidade básica dos seres humanos indispensável à saúde, pois entendo que a saúde está diretamente ligada ao modo de viver das pessoas, e a casa é um complemento necessário aos seres humanos, não somente por representar um teto que atender as necessidades de proteção, mas para seu bem-estar. Para compreender a realidade estudada, utilizo como instrumentos de pesquisa a realização de entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas presencialmente 11 pessoas, entre moradores do Loteamento Expoente e representantes dos serviços público de Saúde, Educação e Assistência Social. Os representantes da Secretaria de Habitação e da Caixa Econômica Federal do município de Chapecó (SC) preferiram responder as perguntas por escrito. A partir do estudo, percebo que o Loteamento Expoente representou aos moradores contemplados a possibilidade de realização do sonho da casa própria. No entanto, o sonho se tornou um pesadelo. A hipótese inicial era de que encontraria queixas relacionadas à infraestrutura e aos serviços públicos, porém me deparei com uma realidade de pessoas adoecidas pelo medo. O loteamento se revelou um ambiente hostil, principalmente para as mulheres, e a violência é mencionada como o principal problema vivenciado, antes mesmo das condições precárias das moradias e do entorno.

**Palavras-chave:** Moradia saudável. Direito à cidade. Segregação e exclusão socioespacial.

## ABSTRACT

HETZEL, Daiana. Conjunto habitacional de interesse social: garantia de direitos ou produção de segregação socioespacial?. Dissertação (Mestrado). Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2016. 81 p.

This research aimed to analyze the housing complexes of social interest. Our overall objective was to analyze the quality of housing offered in the Housing Complex called Allotment Exponente of Chapecó, taking into consideration the right to decent housing and the construction of citizenship. In this study, it was reflected on sustainable development and the evolution of this theme in policies directed to housing issues. Thus, we present an analysis of the main events worldwide on the issues of human settlements. Then it was made a ransom of housing policy in Brazil. It is also discussed the understanding of housing as a basic need of human beings essential to health, because it is understood that health is directly linked to the way people live, and the house is a necessary complement to human beings, not only because it represents a place that cover the protection needs, but for their welfare. To understand the reality studied, it was used as a research tool a semi-structured interview. It was interviewed in person 11 people, including residents of the Allotment Exponente and representatives of Public Health Services, Education and Social Assistance. The representatives of the Housing Department and the Caixa Econômica Federal bank of Chapecó (SC) chose to answer the questions in writing. From the study, it was realized that the Allotment Exponente represented to the contemplated residents the possibility of the dream of their own house. However, the dream became a nightmare. The initial hypothesis was that we will find complaints related to infrastructure and public services, but we found a reality of people terrified. The allotment has proved a hostile environment, especially for women, and violence is mentioned as the main problem experienced, even before the poor conditions of housing and environment.

**Keywords:** Healthy housing. Right to the city. Socio-spatial segregation and exclusion.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	12
QUESTÕES URBANAS – Da exclusão à cidadania, um processo em construção.....	12
1.1 Política de Habitação no Brasil .....	22
CAPÍTULO II.....	32
PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	32
2.1 Conhecendo o Loteamento Expoente .....	36
CAPÍTULO III .....	48
3 CONJUNTO HABITACIONAL EXPOENTE .....	48
3.1 Reprodução da desigualdade e da pobreza .....	48
3.2 Segregação e estigmatização .....	56
3.3 Violência.....	54
3.4 Serviços públicos.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
REFERÊNCIAS .....	70

## INTRODUÇÃO

Historicamente as populações de baixa renda vivenciam situações de exclusão e de negação de direitos. A ocupação de áreas periféricas, irregulares ou em condições inadequadas são expressões da exclusão social, resultantes da urbanização sem planejamento e da negligência de governos em relação à grande parcela da população que vive às margens, sem direito à cidade. A negação do direito à cidade compreende a falta de oportunidades de trabalho e de condições de convivência nas regiões centrais, onde estão concentrados os investimentos públicos.

O direito à moradia está diretamente ligado à dignidade humana. Não é possível viver com dignidade se não há “condições adequadas de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (RANGEL, SILVA, 2009, p. 65). Considerando que sem o mínimo social não é possível alcançar a dignidade da pessoa humana, estamos afirmando que uma moradia adequada faz parte desse mínimo para a sobrevivência humana.

Outro fator a ser considerado é a responsabilidade do Estado em prover o mínimo social, quando as famílias não estão em condições de provê-lo sozinhas. Como estabelecido no art. 23, inciso IX, da CF/88, “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. (BRASIL, 1988).

Por essa razão, a moradia é definida como direito fundamental contemplado pela Constituição Federal de 1988, juntamente com os demais direitos indispensáveis à vida humana, como a saúde, a alimentação, o trabalho, o lazer, a segurança etc., mesmo que por vezes seja negligenciado ou não receba o devido reconhecimento por parte dos governos.

No município de Chapecó, foi estruturado o Loteamento Expoente, a primeira experiência em conjunto habitacional de grande porte. O foco para o atendimento foi voltado às famílias de baixa renda que residiam em regiões irregulares, moradores de rua ou que viviam em péssimas condições de moradia. O empreendimento significou para essas famílias a possibilidade da realização do sonho da casa própria e de livrarem-se de um fator de exclusão social representado pela falta de moradia ou de renda para pagar aluguel, que sem as devidas precauções, poderia os levar a outra condição de exclusão, transformando-os em moradores de um local carregado de

estigma de inferioridade, afastados do centro da cidade, distante suficiente para não representar um problema aos olhos dos demais cidadãos e da administração pública.

O Loteamento Expoente compreende uma intervenção do Estado. Cabe questionar se esse modelo é o adequado para a realidade do município de Chapecó e se a forma como foi planejado garantiu à população contemplada a efetivação do direito à moradia em sua totalidade.

Para tanto, foi definido o tema da pesquisa que resultou nesse trabalho a qualidade da moradia oferecida em Conjunto Habitacional de interesse social, tendo em vista o direito à moradia digna e à construção da cidadania. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a qualidade da moradia oferecida no Conjunto Habitacional denominado Loteamento Expoente de Chapecó, tendo em vista o direito à moradia digna e à construção da cidadania. Para atender ao objetivo principal, delinee os seguintes objetivos específicos: identificar se existem características de segregação ou estigma de inferioridade em relação aos moradores do Conjunto Habitacional Expoente; caracterizar as percepções e significados atribuídos à dinâmica da moradia construída no Loteamento Expoente pelos diversos atores envolvidos.

A relevância acadêmica desta pesquisa consiste em aprofundar a discussão acerca dos conflitos socioambientais decorrentes do aumento da população que passou a residir na localidade do bairro Seminário no Loteamento Expoente no município de Chapecó (SC). O Loteamento integra o programa do governo federal Minha Casa Minha Vida e atende a aproximadamente 470 famílias. Isso implicou no aumento repentino do contingente populacional nessa localidade. Trata-se de um novo cenário urbano que exige a reorganização em relação à administração do espaço e dos serviços prestados a essa comunidade, pois com o aumento populacional e sem a devida atenção por parte do poder público, não é possível assegurar o atendimento de qualidade, resultando em problemas de ordem socioambiental.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, dou continuidade a essas análises, com foco a partir da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, resultantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Declaração de Vancouver e a Declaração de Istambul para Assentamentos Humanos, bem como as respectivas agendas, Habitat I e II. Apresento a questão habitacional no Brasil, descrevendo brevemente a evolução histórica, principalmente a partir dos anos de 1930, quando ocorreram as primeiras iniciativas voltadas à moradia. Descrevo, por fim, o tratamento dado ao tema da moradia na Constituição Federal de 1988, a Política nacional de

habitação, de novembro de 2004 e do Estatuto Da Cidade, lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

No segundo capítulo descrevo o caminho percorrido, a metodologia da pesquisa e a experiência com a coleta de dados. Apresento uma reflexão sobre o direito à cidade e o conceito de moradia saudável. Neste capítulo, inicio a análise dos dados construídos junto aos moradores do Loteamento Expoente e com os profissionais que atuam nessa região. Foram utilizados os dados que se referem à satisfação dos moradores em relação ao Loteamento Expoente, à intenção de deixar de morar neste conjunto habitacional e o seu entendimento sobre o loteamento oferecer ou não condições para uma moradia saudável. A partir disso, já no quarto capítulo são apresentados os resultados analisados e fundamentados, seguidos das considerações finais.

O estudo está norteado pela linha de pesquisa Biodiversidade e Sustentabilidade, integrado ao Programa de Mestrado em Ciências Ambientais. A ligação do tema com o programa de Mestrado deve-se ao fato de que é impossível conceber sustentabilidade sem aliar a este conceito a qualidade de vida dos seres humanos. Da mesma forma é impossível tratar de qualidade de vida sem defender que, para tanto, é fundamental que se tenha acesso à moradia saudável, uma vez que, como veremos nos capítulos a seguir, não se trata apenas da estrutura física de uma casa, mas sim de reconhecer o que esta pode significar ao morador. Trata-se de entender a moradia como um complemento aos seres humanos, indispensável ao seu bem-estar pleno e deve proporcionar o desenvolvimento humano e todas as capacidades intelectuais e morais das pessoas em plenas condições de habitabilidade.

## CAPÍTULO I

### **1 QUESTÕES URBANAS – Da exclusão à cidadania, um processo em construção**

Para entendermos as atuais transformações no cenário urbano, faz-se necessário refletir, mesmo que brevemente, acerca dos motivos que levaram à urbanização desenfreada. Essa reflexão está intimamente ligada à análise do processo de formação histórica, e a forma como se expandiu o sistema capitalista nos séculos XIX e XX, ao qual a sociedade está submetida. (BRITO, 2007)

A consolidação dos interesses do capital deu-se durante o processo de modernização, que, concomitante à crise econômica na agricultura e à promessa de uma vida melhor nas cidades, fez com que muitos agricultores resolvessem se mudar para os centros urbanos em busca de trabalho. O êxodo rural culminou em uma intensa urbanização, em um cenário de expansão dos meios de produção e exploração do trabalho, resultando na formação da classe operária. Segundo Brito (2007, p. 03),

O “inchaço” populacional decorrente do êxodo rural, além de outros fatores, adicionado à má distribuição do espaço urbano, latente nas cidades brasileiras, e à desigualdade social, outro problema enraizado na sociedade, geram uma situação já insustentável para os indivíduos residentes nas urbes, principalmente as denominadas “Grandes Cidades”.

Os sinais desse “inchaço” estão no agravamento da “questão social<sup>1</sup>” e nas falhas no sistema habitacional. O crescimento das cidades deu-se em um panorama de pobreza e exclusão, privações social, econômica, cultural e política. Desenhava-se assim a estruturação dos centros urbanos, claramente dividida em regiões para os operários, que normalmente são afastadas e sem

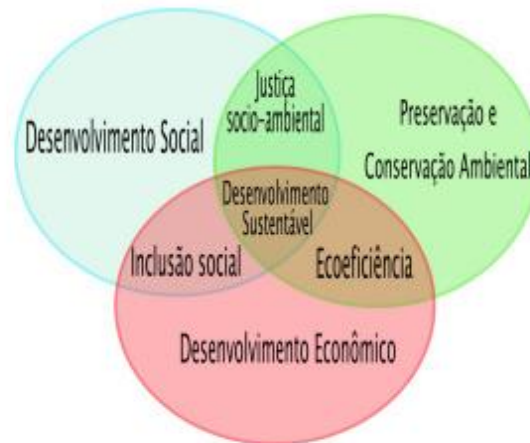
---

<sup>1</sup> A questão social é caracterizada pelo conjunto das expressões das desigualdades sociais decorrentes do capitalismo. Seu surgimento está intimamente ligado à emergência da classe operária na sociedade capitalista em meio ao processo de industrialização e é reconhecida como um problema decorrente das relações entre capital e trabalho. Segundo Yamamoto (1999), é o fruto das desigualdades sociais e também das reivindicações e lutas para resistir às condições impostas pelo modo de produção. Por ser resultado de relações sociais que não são estáticas, a Questão Social está sempre apresentando novas expressões, porém só é reconhecida a partir do momento em que um dos setores da sociedade torna as desigualdades reconhecidas e cria meios para enfrentá-las, assumindo-a como uma nova expressão da questão social. (AMARAL & BRESSAN, 2013).

estrutura, e as regiões centrais pertencentes à classe burguesa, detentora dos meios de produção. (BRITO, 2007).

A partir do reconhecimento desse panorama como um problema social, se inserem as discussões a respeito do Desenvolvimento Sustentável. O tema emergiu após uma fase de intenso crescimento urbano, que fez com que viessem à tona as preocupações e os questionamento da participação do homem na industrialização e consumo, bem como os reflexos dessas ações no planeta.

Para Barbosa (2008 [s.p]), “O desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental”. A autora apresenta na figura abaixo um parâmetro para se alcançar o desenvolvimento sustentável.



Fonte: BARBOSA, 2008

O desenvolvimento sustentável depende de uma complexa trama de situações para acontecer e, devido a sua complexidade, é por muitas vezes tratado como uma utopia. Isso porque nos parâmetros capitalista o sinal de desempenho de um país, por exemplo, são considerados principalmente pelo seu crescimento econômico, porém isso não indica uma melhoria na qualidade de vida da população, uma vez que no sistema capitalista existe a primazia da acumulação de riqueza. Para Sachs, “A maneira natural de se definir o desenvolvimento incluyente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido como [...] ‘excludente’ (do mercado de consumo) e ‘concentrador’ (de renda e riqueza).” (SACHS, 2008 p. 81).

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir esta longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população.

Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (VEIGA, 2010 P. 82 apud Furtado, 2004: 484)

Pensar em desenvolvimento sustentável é envolver em um único projeto desenvolvimento econômico, social e ambiental. Há que se considerar “desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia” (VEIGA, 2010 P. 81). Daí a complexidade de definir algo importante e amplo. Para Sachs (2008 p. 71),

O desenvolvimento é um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras); crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento. (SACHS, 2008 p. 71).

Há algumas décadas esse assunto tem se tornado pauta nos fóruns mundiais. Percebe-se que recentemente tem se intensificado da mesma forma como crescem as expressões da questão social, resultantes do crescimento das cidades e da condição em que os assentamentos humanos se organizaram. Na perspectiva de promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais, estão sendo empreendidos por parte das Nações Unidas grandes esforços para a conscientização mundial da importância desse tema.

O tema central dessa pesquisa é acerca do tema Moradia, e por entender que o desenvolvimento está diretamente ligado à vida das cidades, voltarei as análises para as questões de sustentabilidade urbana, entendida como a “capacidade das políticas urbanas se adaptarem à oferta de serviços, à qualidade e à quantidade das demandas sociais, buscando o equilíbrio entre as demandas de serviços urbanos e investimentos em estrutura” (BARBOSA, 2008 [S.P] apud ACSELRAD, 1999). Porém, deve ser considerado o uso racional dos recursos naturais. Para tanto é necessário pensar nas cidades e na ocupação do solo levando em consideração, que para atender às necessidades urbanas deve-se ter o cuidado de promover o crescimento das edificações com o mínimo de transferência de dejetos e rejeitos. (BRABOSA, 2008).

Os problemas com a questão habitacional são latentes, principalmente, nos países subdesenvolvidos. A proporção dessa problemática fez com que as Nações Unidas e muitos países se voltassem a refletir e a buscar alternativas de enfrentamento. Foram realizados inúmeros eventos mundiais, que juntos culminaram em um processo de construção dos direitos sociais,

econômico e culturais, no entanto, vamos destacar os que tiveram como assunto principal o direito à habitação.

Os primeiros sinais significativos de interesse político voltado às questões habitacionais são os contemplados nos documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948; Declaração sobre Progresso e Desenvolvimento Social, Proclamada pela resolução 2542 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 11 de Dezembro de 1969; Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor desde 3 de janeiro de 1976; Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. (TRZCINSKI, 2014). Porém a análise apresentada nesse capítulo pretende descrever de forma sucinta a evolução das políticas urbanas. Sem desconsiderar a importância dos documentos citados acima, mantereí o foco nos documentos que incidem diretamente sobre as políticas públicas voltadas à habitação, quais sejam: da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, resultantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro de 03 a 14 de junho de 1992; a Declaração de Vancouver e a Declaração de Istambul para Assentamentos Humanos, bem como as respectivas agendas, Habitat I e II. (TRZCINSKI, 2014).

Pela ordem cronológica, inicio tratando da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), convocada pelas Nações Unidas e que aconteceu em Vancouver, no Canadá, no período de 31 de maio a 11 de junho de 1976. Nesse período os países subdesenvolvidos enfrentavam uma rápida migração de pessoas do meio rural para as cidades, uma urbanização com velocidade que não permitia aos governos agir de forma organizada. O reconhecimento dessa situação como um problema social fez com os integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) convocassem uma assembleia a fim de debater sobre assentamentos humanos, especialmente nos países em desenvolvimento.

Esse evento foi o primeiro grande sinal do reconhecimento mundial da questão urbana e da moradia como uma necessidade dos seres humanos, indispensável para a qualidade de vida. Como resultado dessa assembleia, entre



outros documentos, está a Declaração de Vancouver sobre os Estabelecimentos Humanos, o Plano de Ação de Vancouver, as resoluções 32/162 e 31/109.

A declaração de Vancouver sobre os Estabelecimentos humanos resume as principais questões tratadas durante a assembleia. Ela documenta o reconhecimento dos países envolvidos de que os assentamentos humanos são um pré-requisito para a plena satisfação das necessidades básicas e reconhecem a dificuldade que os países têm enfrentando para atender as necessidades básicas de seus povos, na busca pela dignidade humana.

A forma como grande parte da população vive em relação aos assentamentos humanos é tratada na Declaração como inaceitável, principalmente nos países em desenvolvimento, afirmando que é o resultado do crescimento econômico desigual; deterioração social, econômica, ecológica e ambiental; crescimento da população mundial; urbanização descontrolada; atraso rural; dispersão rural; migração involuntária. (UNITE NATIONS, 1976).

A declaração reconhece que a solução para esses problemas, ou a forma de melhorar tal situação, seria uma ordem econômica mundial justa e equitativa, mas também reconhece que isso é um desafio para a compreensão humana.

Outro fruto da Conferência Habitat I, é um plano de ação que foi apresentado juntamente com a Declaração de Vancouver. O plano estabelece 64 recomendações de ações nacionais que visam promover políticas adequadas nos âmbitos locais e regionais, urbanas e rurais para ações nacionais e de cooperação internacional voltada à qualidade de vida nos assentamentos humanos.

A resolução 31/109, destaca a necessidade urgente de soluções para os problemas de assentamentos humanos em todo o mundo, exortando as comissões regionais e outras organizações internacionais a intensificar as ações de apoio à implementação e avaliação de projetos de melhoria dos assentamentos humanos. A resolução reconhece o relatório da conferência e os demais documentos citados anteriormente. (Resolução 31/109, 1976).

Já a resolução 32/162, de 19 de dezembro de 1977, diz respeito à cooperação internacional para os assentamentos humanos, ressaltando que a qualidade de vida de todas as pessoas nos assentamentos humanos necessita de intervenções urgentes e que isso é uma responsabilidade dos governos. Sobre a cooperação internacional, estabelece que deve ser vista como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico, apoiando de forma prioritária e sem discriminação os programas e ações voltados aos assentamentos humanos, como recomenda a conferência Habitat I. Deve ser oferecido apoio técnico aos países em desenvolvimento, para que possam formular políticas, bem como fazer a gestão, fomentar a educação e a investigação sobre assentamentos humanos. Além de apoio técnico, quando necessário, deve ser dado apoio financeiro aos países que solicitarem. (Resolução 32/162, 1977).

No ano de 1992, de 3 a 14 de junho, foi realizada uma conferência no Rio de Janeiro, denominada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Também conhecida como RIO 92, ECO92 ou Cúpula da Terra, essa conferência teve a convocação aprovada em 1989, pela Assembleia Geral da ONU, por meio da resolução 44/289.

A Rio 92 representa um marco para as Nações Unidas, pois é a partir deste momento que se torna explícito o interesse internacional de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. A conferência abriu as portas para o debate sobre sustentabilidade e possibilitou a definição de estratégias a serem adotadas em todo o mundo, visando à redução dos danos ambientais e à qualidade de vida das populações.

Entre os objetivos da Rio 92, segundo Bursztyn e Bursztyn (2012, p.102), destaca-se:

- Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da conferência de Estocolmo;
- Identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais;
- Recomendar medidas a serem tomadas no âmbito nacional e internacional, relativas à proteção ambiental;

- Promover o aperfeiçoamento dos protocolos ambientais internacionais, e
- Examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo os autores a conferência definiu que seriam abordados nove temas ou problemas ambientais principais, quais sejam:

Proteção da atmosfera e mudanças climáticas; proteção de águas doces; proteção e controle dos oceanos, mares e áreas costeiras; preservação da biodiversidade; biotecnologia; gestão de resíduos; qualidade de vida das populações mais pobres; e promoção de saúde. (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p.102).

Houve o entendimento de que não é possível dissociar os componentes econômicos, ambientais e sociais, pois não há como se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento. Percebe-se esse interesse quando entre as expectativas da conferência está o fato de priorizar o meio ambiente em detrimento ao capital, ou seja, não retirar da natureza com maior velocidade do que ela pode repor. Desta forma, os países ricos teriam que repensar suas formas de produção no sentido de reduzir drasticamente o consumo, principalmente de energias fósseis devido ao aquecimento global, ao mesmo tempo em que deveriam investir em pesquisas que também beneficiem países do Sul para que seu desenvolvimento seja de acordo com as ideias debatidas na conferência.

Outra evidência da intenção de relacionar as questões ambientais, econômicas e sociais é o objetivo de “privilegiar a gestão do meio urbano, considerando as condições deploráveis de grandes concentrações urbanas do planeta e a ineficácia, com poucas exceções, das políticas públicas de urbanismo e habitação”. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012 p. 103). É a esse objetivo que vou me ater, para fundamentar a tese de que é nesse momento que são iniciados, com maior afinco, os debates internacionais sobre as questões habitacionais e, principalmente, é difundida a ideia de que a habitação é fundamental para a qualidade de vida e saúde da população.

A RIO 92 foi a mais importante reunião já realizada pela ONU até aquele momento. Na ocasião foram produzidos e aprovados pelos governos três

instrumentos não obrigatórios e duas convenções. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Entre os documentos aprovados está a Declaração do Rio, uma carta que reafirma a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano resultante da conferência realizada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, e apresenta 27 princípios a serem adotados que visam à proteção dos recursos naturais e a busca do desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos. Destacam-se, entre os princípios, a centralidade nos seres humanos sobre as preocupações com o desenvolvimento sustentável. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

O texto da Declaração do Rio sinaliza para a preocupação mundial com a questão ambiental, social e econômica. Trata-se de um alerta para os países que devem unificar-se em busca da sustentabilidade, sem desconsiderar as especificidades de cada país assinante e destacando que os países desenvolvidos devem voltar o olhar para os países subdesenvolvidos para que todos caminhem na direção da qualidade de vida das populações e das gerações futuras.

Entre os documentos resultantes da RIO 92 está a Agenda 21, um dos principais instrumentos pactuados entre as 179 Nações, que teve como objetivo principal traçar as premissas básicas para alcançar o desenvolvimento sustentável em nível mundial e introduzir um plano de ação para a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico no século XXI.

Vitae e Civilis (2006, [s.p]) destacam que a Agenda 21:

É um processo participativo que envolve os setores públicos, privado e a sociedade civil, para a elaboração de uma agenda de compromissos, ações e metas, para transformar o desenvolvimento de um determinado local, com base nos princípios da sustentabilidade da vida.

Ela traz uma série de recomendações quanto à contribuição de governos e organismos internacionais e de demanda por cooperação mundial entre os diversos atores internacionais, bem como setores da sociedade, e a população com vistas à sua implementação. (RIBEIRO, 2001). O Governo brasileiro iniciou em 1997 e concluiu tão somente em 2002 a elaboração da Agenda 21 Brasileira, em um processo que envolveu várias instituições e lideranças dos diversos setores políticos, sociais, culturais, acadêmicos e econômicos. A Agenda 21 influenciou diretamente o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras voltadas à habitação. (Vitae e Civilis 2006)

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) foi realizada em Istambul, na Turquia, no período de 03 a 14 de junho do ano de 1996. Popularmente chamada de Habitat II, essa conferência teve como foco das discussões as cidades sustentáveis e abrigo adequado para todos. Como resultados, foram aprovados a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e o plano de ação da Conferência, a Agenda Habitat. (ONU, 1996)

A declaração apresenta 15 tópicos nos quais estão salientados os interesses dos chefes de Estado e das delegações participantes em estabelecer metas universais para os assentamentos humanos e moradia adequada a todos, tema da conferência. A declaração destaca o comprometimento e o apoio para a implementação da Agenda Habitat e o compromisso para melhorar os padrões de vida, preservar a diversidade e promover a solidariedade entre todos os povos. Reconhece que para melhorar a qualidade de vida nos assentamentos humanos, já entendidos como em crise, é necessário repensar os padrões de produção e consumo insustentáveis. Salienta que os problemas são globais, porém os países e regiões enfrentam problemas específicos. Por isso, as questões voltadas à moradia e os esforços em resolver essas questões devem ser empreendidos no sentido de atender as especificidades tanto das cidades grandes como das pequenas e dos vilarejos, principalmente nos países em desenvolvimento onde a questão é reconhecidamente um problema latente. Destaca a interdependência do desenvolvimento rural e urbano. (NACIONES UNIDAS, 1996).

A declaração expressa o entendimento de que a preocupação principal deve ser com os seres humanos e reconhece as necessidades especiais das mulheres, crianças e adolescentes, destacando que os esforços principais devem ser empreendidos para erradicação da pobreza e discriminação, promover e proteger os direitos humanos, liberdades fundamentais e atender as necessidades básicas. (NACIONES UNIDAS, 1996).

Entre outros apontamentos, a declaração reafirma o compromisso com a busca por condições adequadas de moradias, ambientalmente responsáveis, promoção de padrões sustentáveis de produção, consumo, transporte, prevenção

da poluição e a preservação de oportunidades para gerações futuras. Sinaliza o início de uma nova era, voltada à cooperação e a uma visão positiva dos assentamentos humanos sustentáveis. (NACIONES UNIDAS, 1996)

O plano de ação aprovado na Conferência Habitat II, também chamada de Agenda Habitat, foi influenciado pela agenda 21, fruto da Rio 92 (tema que será apresentado no próximo item). No plano, são apresentados princípios, objetivos, metas para os próximos 20 anos e um conjunto de compromissos assumidos pelos governos, além de estratégias para sua implementação.

Os princípios e objetivos consideram, entre outras questões, a importância de ter assentamentos humanos equitativos onde todas as pessoas tenham garantido o acesso à habitação, saúde, educação, etc.; buscam a erradicação da pobreza em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável; a qualidade de vida nas aldeias, vilas e cidades; destacam a necessidade de fortalecer a família como célula fundamental da sociedade; o fomento da solidariedade com os desfavorecidos e vulneráveis etc. (AGENDA HABITAT PARA MUNICÍPIOS, 2003)

Os Estados, por seus representantes, assumem neste plano o compromisso de lutar pela implementação da Agenda Habitat desenvolvendo planos, programas e políticas que compreendam as necessidades locais, regionais e nacionais, com a cooperação internacional e considerando como prioritárias:

Ao implementar esses compromissos, deve ser dada uma atenção especial às circunstâncias e às necessidades de pessoas vivendo na pobreza, desabrigados, mulheres, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas, deficientes e aqueles que pertencem a grupos desfavorecidos ou vulneráveis. Consideração especial deve ser dada às necessidades específicas e condições das crianças, especialmente as que vivem nas ruas. (AGENDA HABITAT PARA MUNICÍPIOS, 2003, p. 33).

Reafirmam o compromisso com as questões de moradia, habitação adequada para todos; assentamentos humanos sustentáveis; empoderamento e participação dos todos os atores-chave dos setores público, privado e comunitário; igualdade entre homens e mulheres; fortalecimento dos mecanismos de financiamento; cooperação e as parcerias internacionais e comprometem-se a estabelecer critério para a avaliação do progresso das ações, usando como um

dos indicadores o bem-estar das crianças, por considerar as crianças um indicador crítico de uma sociedade saudável. (PLANO DE AÇÃO HABITAT II, 1996).

A partir dessa análise global, passamos a observar a questão habitacional no Brasil, descrevendo brevemente a evolução histórica, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, da Política Nacional de Habitação de novembro de 2004 e do Estatuto Da Cidade, lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### ***1.1 Política de Habitação no Brasil***

Para discorrer sobre a política de habitação no Brasil descrevemos nesse item a evolução das ações voltadas à habitação no país a partir da década de 1930, quando iniciaram as intervenções do Estado junto às questões habitacionais. Nesse período, o país vivia num sistema econômico liberal, onde o setor público privilegiava as ações voltadas ao setor privado. As intervenções só aconteciam em casos extremos por meio de legislações sanitárias, policial e a concessão de isenções fiscais. (FERREIRA, 2009)

As cidades já estavam numerosas, os imigrantes e a população que saía do meio rural em busca de uma vida melhor nas cidades já enfrentava problemas com a precariedade habitacional. A grande demanda fez com que os aluguéis se tornassem um negócio lucrativo, acentuando a valorização imobiliária. (FERREIRA, 2009).

Segundo Sampaio e Pereira (2003, [s.p]), o poder público “não só delegava à iniciativa privada as providências relacionadas à ocupação do espaço urbano, como manifestava a intenção de ‘segregar’ a população trabalhadora em áreas distantes do núcleo central da cidade”, uma intenção clara de valorizar as áreas centrais.

Até os anos de 1930, a habitação estava totalmente nas mãos do setor privado, que passou a vislumbrar grandes lucros com os aluguéis, considerando que não havia financiamentos para casas próprias e a única alternativa para a população pobre era alugar suas moradias, mesmo em lugares afastados e em condições insalubres, os famosos cortiços. (FERREIRA, 2009).

A questão dos valores dos aluguéis esteve, no período, quase sempre entregue à livre negociação entre o locador e o inquilino, não intervindo o Estado na sua regulamentação,

como era a regra da ação estatal no que se referia aos diversos aspectos da reprodução da força de trabalho. O Código Civil, que regulava a questão, estabelecia o «império absoluto da propriedade», não prevendo qualquer regra na fixação dos aluguéis, que eram regidos por contratos particulares. Apenas num curto período, entre 1921 e 1927, houve um pouco eficaz lei do inquilinato (BONDUKI, 1994, [s.p]).

A referida lei congelou os preços dos aluguéis. Essa medida foi tomada para responder a crise de moradia e os altos preços estipulados pelos donos dos imóveis que viam na locação uma forma lucrativa para enfrentar a crise provocada pela conjuntura da guerra, quando o nível de construção caiu a quase zero. Essa iniciativa do governo não teve grandes resultados, pois não previa a impossibilidade de despejo, deixando mais uma vez os locatários nas mãos dos locadores. (BONDUKI, 1994, [s.p]).

Entre as primeiras iniciativas de resolver os problemas de moradia está a criação das vilas operárias. Essas vilas seriam construídas pelo setor privado, incentivada pelo poder público com o objetivo de fornecer condições de moradias dignas aos trabalhadores. As casas estavam sempre localizadas próximas às indústrias, o que possibilitava ao empregador dispor do empregado sempre que fosse necessário, mesmo fora de sua jornada de trabalho. As casas não eram construídas pelo poder público, pois as elites não aceitavam que fosse fomentada a construção de casas para “dar” aos pobres, visto que iria desestimular a produção privada. (BONDUKI, 1994).

Esse era o argumento usado para defender o afastamento do Estado da produção direta de moradias para pessoas pobres, mesmo que mediante ao pagamento de aluguéis com valores muito abaixo dos oferecidos pelo setor privado. Essa perspectiva demonstra a lógica que orientava o Estado Liberal da República Velha. (BONDUKI, 1994).

Já na década de 1930, sob o governo de Vargas, houve iniciativas do poder público em relação à nova classe social que se apresentava, as massas populares urbanas.

Trata-se do momento em que o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às livres forças do mercado, que vigorou até então. (BONDUKI, 1994, [s.p]).

Pode-se dizer que a década de trinta representou uma “ruptura na forma de intervenção do Estado na economia e na regulamentação das relações capital/trabalho” (BONDUKI, 1994, [s.p]). Nesse período, acontecia o declínio de uma classe social formada pela elite agrária rural, os Senhores do Café, ao mesmo tempo em que se fortalecia a burguesia industrial, trazendo com ela

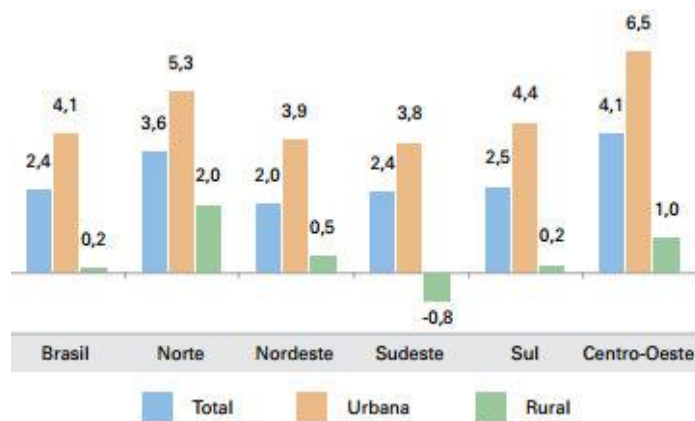


a formação do proletariado urbano, as grandes massas populares. É nesse contexto de mudança que o Estado passa a definir sua atuação dentro desta sociedade. A partir de então, o país passou a avançar do período rural para a industrialização e em meio a essas mudanças surgiram novas perspectivas em relação à atenção ao trabalhador e também relacionadas às questões de moradia. (CARVALHO, 2009).

Uma característica importante a ser observada em relação à década de 1940 e às que a sucederam é a grande mudança nas estruturas das cidades. Isso se deve à grande urbanização que aconteceu nesse período. Segundo dados do IBGE, a população do Brasil, em 1940, era de 41,2 milhões de habitantes, e em 2000 já eram 169,8 milhões de habitantes. Isso representou um crescimento de quatro vezes a sua população, um aumento no seu contingente de 128,6 milhões de pessoas. (IBGE, 2003).

O gráfico a seguir mostra em porcentagem o crescimento anual da população no período, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 1940/2000.

Gráfico: Crescimento anual da população.

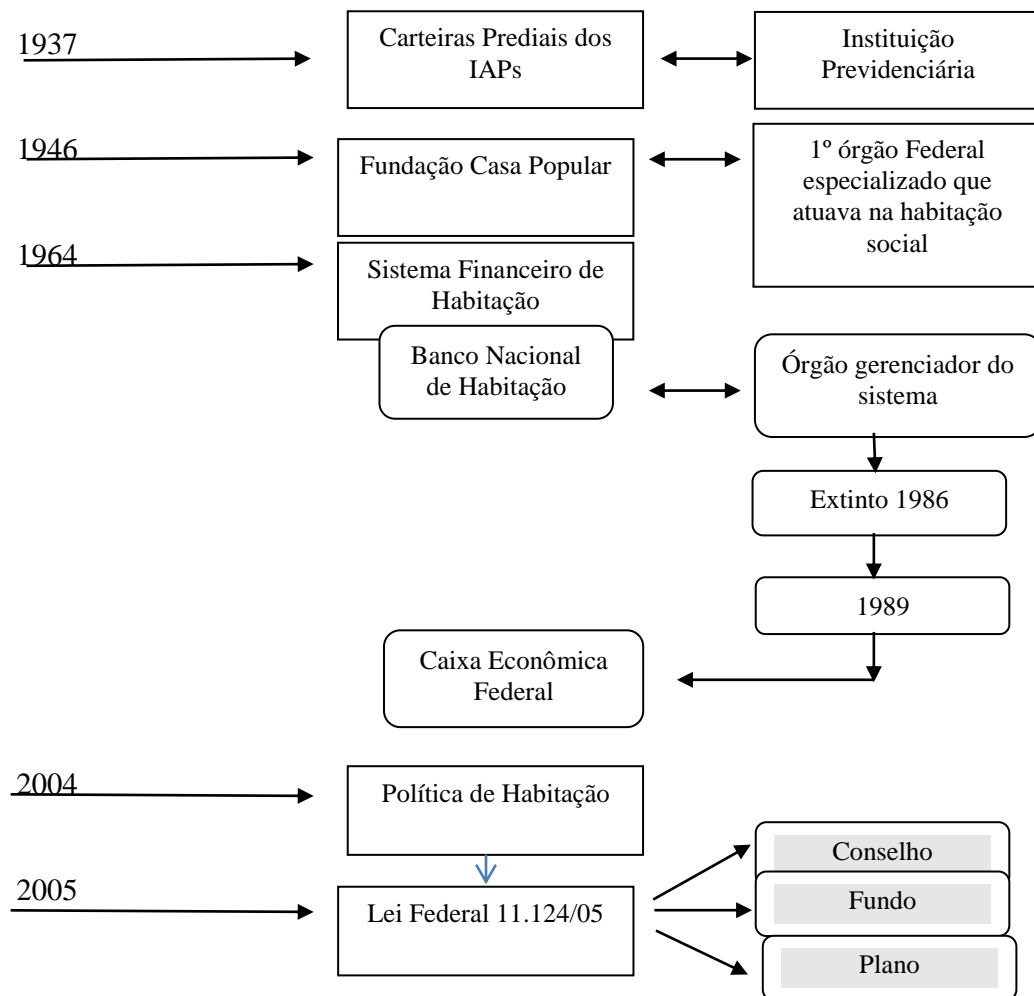


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

A partir do levantamento feito pelo IBGE sobre os anos de 1940 e anos 2000, foi possível observar que a grande massa da população concentrou-se nas áreas urbanas, destacando-se as Regiões Centro-Oeste e Norte.

A figura abaixo apresenta um mapeamento das principais ações da Política Habitacional no Brasil e será o norte para as análises.

Figura 2: Mapeamento da Política Habitacional no Brasil



Fonte: TRZCINSKI, 2014, p. 42

As primeiras iniciativas de ações na área habitacional ocorreram através dos Institutos de Aposentaria e Pensões (IAPs) através do Decreto nº 1.749, de 28 de Junho de 1937, o qual aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, seguida pela instituição da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, iniciativas relevante no sentido da habitação social.

Os IAPs foram criadas no ano de 1937 e, segundo Almeida (2016, [s.p.]),

[...] tinham como principal objetivo organizar o setor previdenciário do país, garantir aposentadorias e pensões aos seus associados em caso de doenças, incapacidades ou morte do chefe de família, assistência médica, investimentos em setores diversos,

inclusive de obras públicas, além de assistência aos programas sociais governamentais como a construção e/ou aquisição de moradias.

Representam a origem da produção estatal da habitação social em larga escala. O incentivo financeiro do Estado voltado à habitação passa a ser considerado fundamental e fomentado pela indústria de construção civil, pois atenderia a seus interesses financeiros, preocupados notoriamente com a “defesa destes interesses, mais do que uma suposta preocupação social” (BONDUKI, 1994, p. 725).

A lei do inquilinato foi criada para manter os preços dos aluguéis. Congelou por dois anos o aluguel no mesmo valor pago em dezembro de 1941. Esse decreto fez parar os rendimentos dos locadores justamente em um período de inflação crescente, por isso encontravam brechas nas leis para despejar os inquilinos e alugar novamente o imóvel com o valor reajustado. (BONDUKI, 1994, p. 722).

Com a situação dos preços dos aluguéis e por consequência do aumento dos despejos, a situação de habitação ficava cada vez mais agravada, aumentando assim a especulação imobiliária. Isto, concomitante ao aumento da inflação e ao crescimento da demanda, provocou uma acentuada elevação nos preços dos terrenos. “Este crescimento estava sendo promovido por um novo setor de empreendimentos imobiliários, os incorporadores – que, por sua vez, também se beneficiavam das facilidades de crédito garantidas tanto pelos IAPs, (Plano C) como pela expansão das Caixas Econômicas”. (BONDUKI, 1994, p. 723)

O ano de 1946 foi marcado pela criação da Fundação Casa Popular (FCP). O intuito era atender as necessidades habitacionais das pessoas que não tinham acesso aos IAPs, e proporcionava a aquisição e a construção de moradias populares tanto em áreas urbanas quanto rurais e foi o primeiro órgão federal especializado que atuava na habitação social. Era financiada pela União e por isso seus recursos eram limitados. Justamente por falta de recursos, a FCP não conseguiu se estabelecer e foi extinta no ano de 1964. (FERREIRA, 2009).

No ano de 1964, foram criados o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Tratava-se de uma estratégia de enfrentamento à crise de moradia gerada pela acelerada urbanização. Pretendiam “consolidar uma política de financiamento capaz de estruturar o setor de construção civil habitacional e [...] aumentar o apoio da massa popular aos militares” (FERREIRA, 2009, p. 19).

O BNH contava inicialmente com um bilhão de cruzeiros e sua arrecadação seria “de 1% da folha de salários sujeitos à consolidação do trabalho” (FERREIRA, 2009 p. 19). Com a criação em 13 de setembro de 1966 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, os recursos do BNH aumentaram consideravelmente. Mesmo assim não foi suficiente para atender as necessidades habitacionais da população; isso porque o ritmo de urbanização era muito maior do que a capacidade de captar recursos. O SFH e o BNH não atingiram a sua finalidade, pois atenderam a uma população que não a de mais baixa renda. Isso porque a única forma de financiamento era sob os critérios bancários e sem subsídio. Por isso não resolveu o problema da moradia, além de gerar a periferização e segregação espacial, porque fomentou a construção de grandes conjuntos habitacionais em lugares apartados da cidade, com dificuldade de acesso e infraestrutura limitada. (FERREIRA, 2009).

Já na década de 1980, quando o Brasil enfrentava uma grave crise econômica resultante do regime militar, a inflação e o desemprego afetaram ditamente o SFH, baixando as entradas do FGTS e as poupanças e aumentando a inadimplência; muitas pessoas que tinham suas moradias financiadas já não tinham mais condições de honrar os pagamentos. Esse período é caracterizado pelas lutas e reivindicações sociais contra a repressão e o autoritarismo da ditadura militar. Como o BNH estava ligado ao regime autoritário, também foi alvo das reivindicações. Para acalmar os ânimos e diminuir as críticas foram lançadas reduções nas prestações. Essa ação resultou em um grande rombo no sistema financeiro, aumentando as dificuldades para sua sustentação sem diminuir as críticas. No ano de 1986, o BNH é extinto e as ações passam a ser desenvolvidas pela Caixa Econômica Federal, agora sob uma nova perspectiva da política habitacional. (FERREIRA, 2009)

Ainda sobre a análise da década de 1964, decorrente da preocupação com a habitação digna, o princípio da função social da propriedade, no Brasil, foi introduzido no ordenamento jurídico a partir da Emenda Constitucional n.º 10, de novembro de 1964 à Constituição Federal de 1946, modificando o conceito de propriedade até então vigente. A consequência da inovação promovida por essa Emenda Constitucional foi o advento do Estatuto da Terra, que em seu artigo 2º preceituou, que é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei. (FALCÃO, 2016[s.p.]

Na Constituição Federal de 1967, a função social da propriedade foi elencada como um dos princípios de justiça social, recebendo tratamento semelhante na Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Todavia, foi na Constituição Federal de 1988 que a propriedade privada e a necessidade de atender a sua função social foi elevada ao patamar dos direitos e garantias fundamentais descritos no artigo 5º, XXII e XXIII. No título da ordem econômica e financeira, é garantida a propriedade privada, atentando-se para a sua função social, conforme descrito no seu artigo 170, II e III da norma constitucional.

A carga histórica de exclusão social vivida no país, afeta todos os municípios brasileiros e ainda representa um desafio aos governantes de norte a sul do país. Foi a partir do reconhecimento dessa situação como problema social a ser enfrentado, que em meados dos anos de 1970 e 1980, retomou-se a mobilização em torno da renovação do movimento pela reforma urbana. O movimento havia iniciado em 1960, mas por conta do golpe militar e do regime político autoritário, ficou inviabilizado (JÚNIOR; UZZO, 2014).

Anos depois, essa bandeira de luta ganhou força em todo o Brasil, houve grande esforço e participação popular, mobilizados para que a Constituição Federal, que estava em fase de discussão, contemplasse os “instrumentos que levassem à instauração da função social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades” (BRASIL, 2001).

A Constituição Federal (CF) de 1988 representou o marco regulatório para a Política Urbana no país. Por meio da Emenda Constitucional nº 26, promulgada no ano 2000, a moradia tornou-se direito social. Além de expressar esse direito, a CF definiu aspecto importante em relação ao estabelecimento do processo de descentralização e, conseqüentemente, redefinição de atribuições aos estados e municípios no que se refere à gestão das cidades. A Constituição Federal de 1988 inseriu um capítulo da Política Urbana, que teve como fundamento o movimento pela reforma urbana, tendo como princípios básicos a submissão da propriedade a sua função social, o dever/obrigação do Estado de assegurar os direitos urbanos aos cidadãos, o direito à cidade e à participação da população nos processos de gestão urbana.

Além disso, propôs a criação do Sistema Nacional de Política Habitacional, por meio do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular n. 2.710/1992, que após tramitar por longos 13 anos se concretizou na Lei n. 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o seu Conselho Gestor no campo legislativo.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o movimento da Reforma Urbana continuou na busca de instrumentos que visem melhorar o sistema habitacional, atuando em duas frentes. Conforme Pinheiro (2010, p. 58), “em escala nacional, na regulamentação do Capítulo da Política Urbana da Constituição (artigos 182 e 183), que depois de tramitar 12 anos com muita discussão e modificações resultou finalmente na aprovação do Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001”.

Sobre o Estatuto da Cidade, Rolnik explica:

O Estatuto da Cidade pode ser definido também como a lei federal de desenvolvimento urbano, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicadas pela União, Estados e especialmente pelos Municípios e está dividida em cinco Capítulos, sendo que o primeiro é o capítulo que trata das Diretrizes Gerais, o segundo, dos Instrumentos da Política Urbana, o terceiro do Plano Diretor, o quarto da Gestão Democrática da Cidade e o último tratam das Disposições Gerais. (ROLNIK, 2002, p. 27).

Pode-se afirmar que o Estatuto da Cidade é uma lei federal direcionada especialmente aos municípios, criando diretrizes para a implantação de planos diretores participativos, objetivando assim alcançar melhorias no aspecto urbanístico e definindo uma série de mecanismos que tem no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seu principal foco.

Com a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade estabeleceu que a política urbana fosse de responsabilidade dos municípios, sendo o Plano Diretor instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com mecanismos para que a propriedade efetivamente cumpra a sua função social, e ainda expondo penalidades para aqueles que buscarem apenas a especulação imobiliária.

No Estatuto da Cidade é tratada também outra situação muito comum e relevante nas cidades brasileiras, que é a ocupação irregular de áreas públicas e privadas e a necessidade de regularização fundiária visando transformar a realidade desigual.

Evidencia-se que o Estatuto da Cidade dedica grande parte de seu conteúdo aos instrumentos para a promoção da política urbana, em especial na esfera municipal. Assim, pode-se concluir que os princípios do Estatuto da Cidade na promoção da política urbana estão direcionados para a busca da função social da propriedade e a gestão democrática municipal com a participação popular no planejamento das cidades. Para atingir estes objetivos, o Estatuto da Cidade se utilizará de instrumentos de natureza tributários, financeiros, jurídicos, administrativos

e políticos que visem ações que diminuam ou acabem com os graves problemas de desigualdades existentes nas cidades brasileiras.

Atender as necessidades urbanas não diz respeito apenas a recursos financeiros ou vontade política. Trata-se de um processo complicado e de resultados em longo prazo que dependem de um planejamento adequado. Para atender a essa necessidade de planejar as ações e intervenções do Estado visando amenizar os conflitos decorrentes da habitação, foi criada no ano de 2004, a Política Nacional de Habitação (PNH). “A elaboração e implementação da Política Nacional da Habitação obedecem a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna.” (PNH, 2004, p. 29).

A PNH representa a conquista de uma política para garantir habitação digna que não considere apenas a casa, mas sim todo o entorno e a infraestrutura necessária para compor a moradia. Segundo a Política Nacional de Habitação (2004, p. 12),

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe à casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade

Para tanto, são viabilizados pela PNH instrumentos como o Sistema Nacional de Habitação, que estabelece uma gestão da política de forma participativa e democrática, trata da integração entre os três níveis de governo e demais agentes envolvidos tanto públicos quanto privados e define as regras para a articulação financeira. Outro instrumento é o Desenvolvimento Institucional que trata do Plano de capacitação e Desenvolvimento Institucional. O Sistema Nacional de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação é uma ação estratégica para garantir a permanente revisão e redirecionamento da política habitacional bem como dos programas e ainda o Plano Nacional de Habitação que vai estabelecer metas, linhas de financiamento e programas a serem implementados. (PNH, 2004).

A PNH estabelece seis princípios que contemplam o direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo; moradia digna; função social da propriedade urbana; questão habitacional como uma política de Estado uma vez que o poder público; gestão democrática; e articulação das ações de habitação à política com as demais políticas sociais e ambientais. (PNH, 2004).

Entre os objetivos PNH (2004, p. 31) apresenta:

- Universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH;
- Promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade;
- Fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados;
- Tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH;
- Democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis;
- Ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; e
- Incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão-de-obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

Mais do que tratar do direito à moradia, a PNH oficializa o direito à moradia digna, considerando o entorno, tratando-a com a devida prioridade que o tema impõe e reafirmando que se trata de uma política de responsabilidade do Estado. A partir desse entendimento e de um cenário preocupante que se apresenta em nosso país, é introduzido o debate sobre a moradia saudável, tema a ser debatido no próximo capítulo.



## CAPÍTULO II

### PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A metodologia adotada foi predominantemente qualitativa, uma vez que se analisou os dados coletados de modo a descrever a complexidade, as características, as percepções e os significados referentes à qualidade da moradia oferecida em conjunto Habitacional de Interesse social. A pesquisa qualitativa permite maior contato com o fenômeno estudado, obtendo dados sobre as perspectivas dos participantes que são diretamente ligados ao objeto de estudo, podendo estabelecer a relação entre as informações adquiridas e a realidade ou contexto social.

Leve-se em consideração que a proposta de pesquisa me direcionou para questionamentos voltados ao esgoto, coleta de lixo, transporte, educação etc.. Preparei-me para essas análises, pois sei que isso faz parte do conceito de moradia saudável e digna. Assim, busquei um referencial teórico voltado a essas características, no entanto me deparei com outra realidade e não contava com referencial teórico necessário para observar os aspectos evidenciados nas entrevistas, tais como sentimentos de segregação e de medo. Deparei-me com a insuficiência das leituras e preparação teórica para entender e interpretar o que acontecia nesse campo de pesquisa. Isso revela que os caminhos nas pesquisas, principalmente qualitativas, nunca estão determinados e existem desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores.

A pesquisa bibliográfica foi o primeiro passo em busca de amadurecimento na área de estudo. Primeiramente realizei um levantamento de fontes seguras relacionadas ao tema proposto. Busquei dados em documentos elaborados pelos principais eventos nacionais voltados às questões de moradia e sustentabilidade. Posteriormente, realizei busca por informações sobre esse tema em nível nacional e teorias sobre a moradia saudável. Fiz leituras para a compilação das informações que proporcionassem melhor entendimento sobre o objeto de estudo para então partir para a construção dos dados.

As visitas ao Loteamento Expoente para a coleta de dados foram feitas juntamente com as Agentes de Saúde. Isso porque, elas já possuem uma proximidade maior com a comunidade, facilitando o acesso aos entrevistados. Os moradores vivem sob constantes ameaças de grupos de traficantes e passam por um processo de reavaliação das famílias moradoras das residências pela Caixa

Econômica Federal, que tem buscado a reintegração de posse de alguns imóveis, haja vista que os mesmos foram passados a outras pessoas que não são os contemplados pelo sorteio, e que assinaram o contrato de compra do imóvel. Diante dessa situação, considerei importante a presença das Agentes de Saúde para que fosse possível conquistar a confiança das famílias, tendo em vista a participação na pesquisa.

Em vários momentos, pude perceber o receio dos entrevistados de falar sobre os problemas do loteamento, principalmente sobre as situações de violência que são presenciadas naquele local. Percebi o medo dos entrevistados e tive a necessidade de explicar repetidamente que as entrevistas não tinham relação com denúncias e não seriam reveladas. Ouvi várias vezes falas que indicam a impossibilidade de queixarem-se dos abusos vividos, pois quem denuncia sofre repressão por parte de um grupo, chamado pelos moradores de “os meninos”; percebi uma população acuada em seus pequenos apartamentos e casas sem o direito de expressar suas vontades.

A primeira visita ao Loteamento Expoente foi feita em uma manhã de sol e temperatura agradável. Mesmo assim, não havia muitas pessoas circulando pelas ruas. Pude observar que o hábito entre os moradores é de ficar em suas casas ou no máximo ir a um vizinho tomar chimarrão, porém também dentro dos apartamentos ou casas. A segunda visita foi feita à tarde, durante a reunião de um grupo de mulheres que participam de aulas de artesanato. Nesse dia vi alguns adolescentes nas ruas, ouvi queixas de que as mulheres não se envolvem com a comunidade, poucas participam dos grupos.

Eu gosto muito do grupo, só que aqui no Expoente as mulheres são muito... parece que reservadas, elas não gostam de se misturar muito, não sei o motivo, a gente não pode saber o motivo das coisas, eu procuro convidar as pessoas, fazer vir mais pra junto porque aqui é uma comunidade, então essa comunidade precisa crescer, elas ficam tomando chimarrão e como diz o ditado, fazendo fofoca. (ENTREVISTA 5).

Na terceira visita, fui ao Loteamento Expoente com o intuito de encontrar alguns homens, visto que pretendia ter dados que contemplassem a opinião de ambos os gêneros, em uma terça feira de manhã, fria, com neblina e uma chuva

fraca, porém não vi pessoas fora das casas. Penso que esse fato pode ser atribuído à influência do clima.

A coleta de dados empíricos deu-se por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas com gravador de áudio portátil, mediante assinatura do termo de livre esclarecimento e consentimento, juntamente com o termo de autorização para uso de imagem e voz. Os sujeitos envolvidos na pesquisa são moradores do Loteamento Expoente selecionados aleatoriamente. Com relação à gestão das políticas públicas foi realizada atividade de grupo com os agentes de saúde do bairro Seminário; aplicada entrevistas semiestruturadas com um representante da Secretaria de Educação e do Centro de Referência de Assistência Social; e por meio de questionários foram colhidos dados da Secretaria de Habitação e da Caixa Econômica Federal.

Inicialmente seria entrevistado apenas um representante de cada serviço, porém contamos com a disponibilidade dos Agentes de Saúde do bairro Seminário, e realizamos uma atividade com todo o grupo. Essa ação proporcionou importantes informações para a presente pesquisa. Outra alteração considerável na metodologia foi que por uma decisão interna a Secretaria de Habitação do Município, não atende a entrevistas presenciais, as respostas só são fornecidas por e-mail. Enviamos o questionário e recebemos o retorno. Devemos destacar que não tivemos a devida atenção por parte da Secretaria de Habitação, que nos respondeu ao questionário de forma evasiva. Interpretamos o fato de não responder como uma forma resposta, mais precisamente como falta de interesse ou receio de conversar acerca dos problemas existentes naquela comunidade. As demais secretarias não retornaram ao contato ou não aceitaram participar do estudo.

A entrevista caracteriza-se como semiestruturada, pois foi feita a partir de um roteiro de questões, com perguntas abertas e fechadas e com a possibilidade de novas questões ao decorrer das entrevistas. A escolha desta metodologia possibilitou discorrer sobre o tema proposto sem se ater a perguntas e condições fixas, podendo explorar ao máximo os assuntos desejados. As entrevistas foram transcritas de forma fidedigna. Neste momento, foi possível fazer uma pré-análise dos dados coletados.

A partir da transcrição das entrevistas, foram organizados os dados, agrupando-os por categorias, de acordo com os objetivos sendo elas: Direito a cidade; Moradia saudável; Reprodução da desigualdade e da pobreza; Segregação e estigmatização; Violência e Serviços públicos. Para a interpretação dos dados coletados, utilizei o método de análise de conteúdo, ou

seja, interpretação das mensagens e significados, podendo ser compreendida em todo o seu contexto.

A amostra inicial era de 20 moradores, porém, tratava-se de uma amostragem por saturação. Ao contabilizar 11 entrevistados, identifiquei que as respostas eram indiscutivelmente no mesmo sentido, por essa razão não considerei necessária a coleta com mais moradores e priorizei a análise dos dados já coletados. Na proposta inicial, descrevi que contemplaria as diferentes faixas etárias e gêneros, porém considerando os horários de coleta de dados, contei com a disponibilidade principalmente dos moradores aposentados.

Foram entrevistados seis mulheres de 40; 50; 66; 67; 68; 76 anos, e, cinco homens de 33; 40; 52; 54 e 67 anos de idade. Constatou-se que entre, os 11 entrevistados, 10 deles não concluíram o ensino fundamental. O quadro abaixo apresenta algumas características dos entrevistados e pretende servir como norte para a análise das entrevistas, assim será possível interpretar melhor a fala de cada morador apresentada no próximo capítulo.

#### **Quadro I: Características dos entrevistados.**

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>IDADE</b>
Entrevista 1	Masculino	33 anos
Entrevista 2	Masculino	40 anos
Entrevista 3	Feminino	67 anos
Entrevista 4	Feminino	68 anos
Entrevista 5	Feminino	76 anos
Entrevista 6	Masculino	54 anos
Entrevista 7	Masculino	52 anos
Entrevista 8	Masculino	67 anos
Entrevista 9	Feminino	40 anos
Entrevista 10	Feminino	50 anos
Entrevista 11	Feminino	66 anos

A tabela acima não se aplica aos profissionais entrevistados, pois tem-se a diferenciação no método de coleta, atividade de grupo, questionário e entrevista semiestruturada, mas na descrição da análise dos dados deve-se considerar que a partir de o entrevistado número 12, trata-se de um profissional atuante na região do loteamento Expoente.

Outra observação sobre as entrevistas é a insegurança ao citar quantos moradores estão vivendo nos apartamentos. Acredito que seja devido à comprovação de renda necessária para a contemplação ou ainda por estar acontecendo um processo de revisão dos moradores e reintegração de posse dos apartamentos e casa que foram vendidos ilegalmente.

### ***2.1 Conhecendo o Loteamento Expoente***

O objeto de estudo desta pesquisa é o Loteamento Expoente, localizado no bairro Seminário, município de Chapecó, construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, mediante uma parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Chapecó. A obra foi autorizada, e o contrato foi assinado em uma solenidade no dia 26 de novembro de 2009, e neste mês a Construtora Embracol, firmou o contrato de construção do loteamento junto a Caixa Econômica Federal. Trata-se do maior empreendimento habitacional no oeste catarinense, construído em uma área de 82 mil metros quadrados, com um total de 470 moradias. O investimento total no projeto é de R\$ 20,6 milhões. O empreendimento foi entregue em um prazo extraordinário de pouco mais de 14 meses. Na Figura 1 e 2, é possível verificar a dimensão da construção.



Figura 1: Loteamento Expoente



Figura 2: Loteamento Expoente visto de cima

Fonte: Embraco (2011)

Do total de 470 moradias, 336 são apartamentos de 45 metros quadrados, e 134 são casas de 36 metros quadrados, contendo nesse espaço, dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Destas, 15 estão adaptadas para pessoas com deficiência, e 15 para idosos. O Loteamento está dividido em Expoente 1, 2, 3 e 4. O Expoente 1, tem 13 blocos de apartamentos, O Expoente 2, são 15 blocos, o Expoente 3, são 8 blocos, e o Expoente 4, são 6 blocos. Cada bloco tem 2 andares e cada andar são 4 apartamentos.

As moradias fazem parte da execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), uma das principais ações voltadas ao financiamento de moradias. O programa foi criado a partir da Lei nº 11.977, sancionada em 7 de julho de 2009. Trata-se de um programa do Governo Federal que tem como objetivo fomentar o acesso à moradia por famílias de baixa renda. O PMCMV é dividido em duas modalidades, Minha Casa Minha Vida Entidades e Minha Casa Minha Vida Rural.

Um dos critérios de seleção do programa é a renda familiar, por isso está organizado por faixas, em que são classificados do menor ao maior valor de arrecadação de cada família. A Figura 3 descreve a quem se destina cada faixa.

Renda familiar mensal	Faixa do Minha Casa Minha Vida	Característica
Até R\$ 1.800,00	<u>Faixa 1</u>	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de no máximo R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	<u>Faixa 1,5</u>	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	<u>Faixa 2</u>	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 5,5% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 6.500,00	<u>Faixa 3</u>	8,16% de juros ao ano.

Figura 3: Renda Familiar e Faixa das famílias beneficiárias do PMCMV

Fonte: Governo Federal (2016)

A modalidade Minha Casa Minha Vida Entidades, tem como objetivo fomentar o acesso à habitação nos padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade à população de baixa renda. Manterei o foco de análise nessa faixa, pois nela que engloba o público-alvo desta pesquisa.

O PMCMV Entidades refere-se exclusivamente a empreendimentos habitacionais direcionados ao público da faixa de número 1, e que estejam em área urbana, ele pode ser concedido diretamente ao beneficiário enquanto pessoa física, ou a entidades jurídicas que reúnam os beneficiários e estejam habilitadas pelo Ministério das Cidades.

A seleção dos beneficiários é determinada pela portaria do Ministério das Cidades nº 412 de 6 de agosto de 2015,

2.1 Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, os municípios, estados e Distrito Federal deverão observar, obrigatoriamente, condições de enquadramento e critérios nacionais de priorização, podendo adotar, ainda, até 3 (três) critérios adicionais.

2.1.1 As condições de enquadramento dos candidatos a beneficiários são:

- a) renda familiar compatível com a modalidade; e
- b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial.

2.1.2 Os critérios nacionais são:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do Ente Público;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e
- c) famílias de que façam parte pessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015).

Os recursos para essa finalidade são provenientes de investimentos do Orçamento Geral da União (OGU), e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Até o momento, foi investida no

país a quantia de R\$ 294,494 bilhões para a construção de 4.219.366 unidades; destas 2.632.953 já foram entregues. O Estado de Santa Catarina teve investido o valor de R\$13,535 bilhões para a construção de 169.221 unidades e foram entregues 128.297. O município de Chapecó conta com 1.317 Beneficiários.

A escolha dos beneficiados pelo programa foi feita por meio de sorteio, levando em consideração alguns critérios de seleção. O início do processo foi identificar os interessados. Entre 18 de maio a 30 de outubro de 2009, a Prefeitura de Chapecó, através da Secretaria de Habitação, distribuiu 7.588 senhas para famílias. Nesse período, foram feitos 2.618 cadastros, posteriormente avaliados considerando critérios como: Famílias com renda de até R\$1.395,00; Famílias estabelecidas em áreas de risco; Mulher chefe de família; Menor renda per capita; Territorialidade; Parte da renda comprometida com aluguel e período mínimo de domicílio de cinco anos no município. As informações fornecidas pelos interessados foram verificadas por uma equipe da Secretaria de Habitação do município que, no dia 07 de novembro de 2010, realizou um sorteio para definir as 470 famílias que seriam beneficiadas com as moradias. O sorteio priorizou os grupos que vivenciavam maiores riscos ou situações de vulnerabilidade social.

A Figura 4 apresenta um mapa dos bairros do município de Chapecó; o ponto em vermelho é onde está localizado o Loteamento Expoente. Percebe-se que o Loteamento está localizado em um vazio urbano, construído em um espaço com poucas edificações e qualificado como área do perímetro urbano de Chapecó.

Figura 4 – Mapa do perímetro urbano de Chapecó-SC.





cidades passam a concentrar as riquezas, mas mais do que isso, se tornam os centros de vida social e política, nos quais também fica acumulado o conhecimento. Nessa sociedade moderna, a riqueza não está mais no setor imobiliário, a produção não é mais predominantemente agrícola e nem as terras são dos feudais. A reformulação passa aos capitalistas urbanos o domínio sobre as terras. (LEFEBVRE, 2008).

Para Lefebvre, o espaço urbano é produzido a partir da lógica capitalista. Nessa perspectiva, os espaços urbanos são mercantilizados e a “lógica de produção do espaço urbano esteja subordinado ao valor de uso e não ao valor de troca” (TRINDADE, 2012 p. 141). Dessa forma, o direito à cidade é tratado com uma utopia, uma bandeira de lutas populares contra o sistema capitalista estabelecido. Segundo Trindade (2008), Lefebvre preocupava-se com a ruptura da ordem urbana capitalista, uma vez que a segregação dos pobres pela classe burguesa é uma forma de frear a democracia urbana, que pode representar uma ameaça aos interesses das classes dominantes. Usa como exemplo, a reforma urbanística promovida em Paris entre 1853 e 1870, quando os trabalhadores foram afastados dos centros das cidades. (TRINDADE, 2012).

Valendo-se de Lefebvre, Trindade (2012 p.142) destaca que o direito à cidade significa “direito de experimentar e usufruir da centralidade urbana no ritmo do valor de uso em oposição ao valor de troca”, ou seja, romper com o ideário capitalista e usufruir da cidade em seu valor de uso, em suas funcionalidades enquanto vida urbana sem o domínio econômico. (TRINDADE, 2012).

O poder econômico sempre foi um instrumento de segregação. No caso das cidades, usufruir dos benefícios localizados nos grandes centros é para quem tem condições de comprar e conviver nesses espaços. A própria organização dos municípios, sob a ótica excludente do capital, transforma seus espaços em lugares possíveis e não possíveis para determinadas classes sociais. Quem não tem condições financeiras se submete a moradias em lugares distantes, com pouca ou nenhuma infraestrutura, vivendo às margens das cidades.

O processo de crescimento das cidades brasileiras tem acirrado a segregação e a desigualdade entre seus habitantes. As cidades crescem impulsionadas pelo ritmo capitalista e vai expulsando as pessoas mais pobres para os cantos das cidades. Nesses espaços, além de ter moradias precárias, sendo algumas em péssimas condições, também não existem infraestrutura e serviços públicos de qualidade. E é a essas condições de vida a que são submetidas grandes

parcelas da população brasileira. Esse é um dos maiores desafios do poder público, que tem como um dos seus principais problemas a falta de moradias adequadas, principalmente para a camada da população de baixa renda.

Conforme Pereira (2010, p. 2),

Em aproximadamente 40 anos, mais especificamente no período que se estendeu da década de 40 aos anos 80, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana. Este movimento desenvolveu-se sob os auspícios de um modelo de desenvolvimento urbano segregador, que privou as faixas de menos renda de condições básicas de urbanidade, ou de inserção efetiva na cidade.

O crescimento urbano desordenado culminou em vários problemas sociais e habitacionais. O crescimento da demanda habitacional ocorreu em um momento em que as cidades brasileiras não estavam devidamente preparadas para acolher essa população, o que gerou um significativo déficit habitacional.

Assim, a população de baixa renda acaba construindo suas moradias de maneira extremamente improvisada, em áreas irregulares, nos denominados loteamentos clandestinos, que crescem a uma velocidade significativa e sem que o Poder Público consiga enfrentar o problema de forma efetiva.

Para Pinheiro (2010, p. 35), as construções são precárias, sem nenhuma infraestrutura adequada, pois são realizadas em:

[...] áreas ambientalmente frágeis, nas favelas e nos mocambos, áreas que na sua maioria são protegidas por legislação com fortes restrições ao uso e por isso são tão desprezadas pelo mercado imobiliário formal. Ou ainda um cômodo, na indigna coabitação dos cortiços, tão presentes nas áreas centrais dos grandes municípios. E assim, vai se formando a não cidade, constituída de espaços precários e irregulares.

O autor destaca que as construções informais implicam em:

[...] um alto custo individual e coletivo, pois a precariedade do acesso ao saneamento básico, aos serviços de transporte, à saúde e à educação, soma-se à insegurança jurídica e administrativa de perder a posse do imóvel por causa de despejos forçados, e é essa insegurança que põe em risco, inclusive, a vida, isso em virtude da fragilidade das construções. (PINHEIRO, 2010, p. 37).

Essa questão é um problema de extrema gravidade que requer um controle e enfrentamento por parte do Poder Público, que precisa solucionar a demanda através de uma política eficaz, e que garanta às pessoas o acesso à dignidade. Uma política contínua que garanta acesso à moradia digna principalmente para a população de baixa renda. Ter o direito à moradia digna assegurado é um importante passo para a superação da ordem urbana excludente. Todavia, para enfrentar os desafios, são necessárias políticas públicas de fortalecimento e empoderamento,

juntamente com alternativas habitacionais para a população de baixa renda. Alternativas que contemplem o direito à moradia em sua totalidade, ou seja, uma moradia saudável. “Pensar na moradia saudável, não se restringe apenas ao objeto físico construído, é necessário compreender as formas de estruturação urbana e as bases de sua origem que resultaram nas atuais configurações físicas e sociais.” (BERGAN, 2005, p. 22).

Morar bem vai além do ambiente físico,

Compreender as relações entre o ambiente construído e hábitos sócio-culturais é indispensável na elaboração de projetos habitacionais. Não basta focar a concepção nos aspectos físicos e espaciais, é necessário considerar valores, atitudes e necessidades. Apenas compreendendo elementos sociológicos presentes na relação entre moradia e indivíduo, poderemos conceber projetos que colaborem para uma produção arquitetônica sustentável. (BERGAN, 2005, p. 39).

Infelizmente não é o que acontece quando se pensa em conjuntos habitacionais de interesse social. As políticas públicas ainda carregam o fardo preconceituoso de atividade assistencialista, de benesse do governo em favor dos pobres, quando na verdade trata-se da efetivação de um direito de cidadania. A ideia de que “para os pobres qualquer coisa serve” aliada à falta de recursos destinados a esse fim influenciam para a “redução de custo através da diminuição da área construída, tendo como resultado conseqüente o empobrecimento das soluções arquitetônicas e urbanísticas em determinados aspectos”. (BERGAN, 2005, p. 41).

Tal empobrecimento também compromete o entorno dos conjuntos habitacionais de interesse social, por meio de serviços públicos incapazes de atender com qualidade o contingente populacional que passa a residir nestes ambientes, transformando a conquista de moradia em outras formas de exclusão e negligência.

Pensar em moradia saudável é reconhecer o que essa pode significar ao morador.

A moradia é um complemento necessário ao homem para garantir sua segurança e bem-estar, ninguém pode evitar as influências da casa em que vive. Compreendemos que a representação simbólica da moradia é tão presente quanto os tijolos, telhas, janelas e portas. O problema não é apenas de conforto para abrigar necessidades fisiológicas, é necessário um espaço que manifeste o bem-estar pleno do indivíduo, caso contrário aparece inquietude, ansiedade e etc. (BERGAN, 2005, p. 30).

O bem-estar pleno das pessoas é algo fundamental, e deve ser considerado nos planejamentos de conjuntos habitacionais de interesse social. Quando se pretende proporcionar o direito à moradia para a população que vive em condição de vulnerabilidade, deve-se levar em

conta o contexto em que está inserida, e o contexto em que está situado o novo local de moradia. Garantir o ambiente físico para morar é atender parte do “mínimo existencial”, porém se for feito sem considerar o bem-estar do sujeito, infringe-se o direito à uma vida saudável, em um ambiente equilibrado.

Dignidade da pessoa humana, entendida como condições mínimas para uma existência digna é mais do que simplesmente morar. Trata-se de morar bem, ou seja, em um local onde sejam respeitados os seus direitos, que proporcione o desenvolvimento humano e todas as capacidades intelectuais e morais do indivíduo em plenas condições de habitabilidade. Para isso, faz-se necessário pensar nas cidades como espaço de inclusão, livre circulação e fácil acesso, com oferta de trabalho e de serviços públicos com qualidade criando condições para uma moradia e um ambiente saudável. (CARDOSO, 2012, p. 23)

Para Bergan

Ambientes saudáveis se sustentam na ideia de preservar o meio natural, além de disponibilizar no mercado uma moradia que colabore para bom funcionamento fisiológico e psicológico do indivíduo. Assim, estaremos dando início a um processo sustentável, onde a produção das moradias não afeta os processos naturais do meio ambiente [...] (2005, p. 15)

Esse processo sustentável de construção de moradias e condições de habitação saudável esteve frequentemente nas pautas de discussões nas últimas décadas. Existem movimentos sociais em busca de respostas às questões habitacionais, e o resultado que se observa é que o atendimento a esses anseios tem ocorrido em forma de políticas públicas. Vale destacar que as políticas surgem devido às inúmeras “manifestações, pressões, reivindicações e formulações das classes populares”. (SILVA, 1989, p. 33).

Considerando que um dos objetivos desta pesquisa compreende a interpretação do conceito de moradia saudável e sua aplicabilidade em relação ao Loteamento Expoente, questionei os entrevistados moradores e os servidores públicos se, em sua opinião, o Loteamento Expoente oferece condições para uma moradia saudável. O retorno que tive da maioria é de que não oferece. As falas abaixo relatam que a maioria das pessoas vivem ali por necessidade e por falta de condições financeiras ou de oportunidade para mudarem-se para outro local.

*Se obrigam. Porque se vai pagar aluguel é muito caro, tem gente que se obriga a morar aqui porque não tem condições de pagar aluguel. (ENTREVISTA 3)*

*Não, tô bem escaldada. Sabe que a gente vai ficando cansada, esgotada. Ai que bom quando tu sai e fica um dia fora daqui. (ENTREVISTA 10)*

Dos 11 moradores entrevistados, 10 relatam o interesse em morar em outro lugar:

*A mas eu saia voando. Ai como tinha vontade de ir embora daqui, mas como o apartamento é meu como é que eu vou abandonar, tão difícil pra conseguir, agora não dá pra gente abandonar. Mora só eu e meu neto de 14 anos, aí a gente não tem opção de sair, não tem condições de manter o apartamento até terminar de pagar e nem alugar outro lugar, até não terminar de pagar e não pode vender. (ENTREVISTA 5)*

*É o que e sempre digo: o sossego. [...] aí você fica pensando o que vale mais, ter um lugar bonitinho e os móveis bonitinho e não dormir tranquilo, ou pagar aluguel e viver bem, aí você coloca algumas coisas na balança. (ENTREVISTA 10)*

A insatisfação dos moradores com o local onde vivem, e o desejo de sair dele acrescido do sentimento de impotência devido à limitação de não ter para onde ir, deixam a clara impressão de um ambiente não favorável à saúde dessa população. Sabe-se que a habitação é fundamental para a garantia do bem-estar e da qualidade de vida, porém as condições apresentadas pelo Loteamento pesquisado mostram a preocupante realidade de uma população adoecida, marcada pela carga da falta de uma moradia saudável, apesar de se ter onde morar.

*Eu vim pra cá eu não tomava um remédio pra dor de cabeça, [...]e daí tudo que acontece aqui, aí eu comecei a ficar doente e doente e dor e daí veio tudo os remédios pra depressão, eu fiquei um ano e meio daí saí daqui e fui na chácara da minha irmã e eu parei com os remédios, não voltei mais e não quero voltar, porque já tomo 3 pra pressão de manhã e dois de tarde e daí mais remédio pra dor porque daí eu tenho artrite e coisa e daí mais o da depressão [...] Remédio pra pressão menina pense. Nem para dor de cabeça nunca tomava um comprimido, isso me destruiu minha vida, eu disse que eu perdi a minha vida nesse lugar, sempre faceira, a minha vida era só dar risada trabalhar e dar risada, ai vim pra cá e parece que acabou a minha vida. (entrevista 10)*

*Por isso que as pessoas acabam se fechando dentro das casa e apartamentos, ficam se isolando dos outros, por isso que vivem em depressão, porque vê e você acaba sendo conivente, porque não pode entregar, não pode fazer nada e tu sabe que é uma coisa errada, eu não consigo me acostumar com umas coisas que acontecem aqui, vou morrer velhinha e eu não vou me acostumar. Aí tu tem que fechar os olhos aí você acaba guardando pra você, aí acaba participando da vida dos vizinhos das pessoas que acaba conversando com você e por isso que as pessoas tão tomando remédio depressivo, acabam se fechando. (ENTREVISTA 13)*

A saúde está diretamente ligada ao modo de viver das pessoas, visto que a casa é um complemento necessário ao homem, não somente por uma questão física de paredes e telhado para atender as necessidades fisiológicas, mas para seu bem-estar. A moradia tem uma representação simbólica que deve garantir a satisfação de quem a habita, do contrário é inevitável

a inquietude, ansiedade, “insatisfação e tristeza de morar num ambiente contrário às expectativas emocionais” (BERGAN, 2005 p. 31).

A moradia carrega sentimentos, e tratá-la apenas como um elemento físico-técnico abrirá caminho para a insatisfação e desqualificação mental dos moradores, ou seja, este ambiente projetado e construído estaria desvirtuado do processo de sustentabilidade. (BERGAN, 2005 p.28)

Para Bergan (2005 p. 30), a moradia exerce influências em quem vive:

Talvez, a moradia influencie nossa vida muito mais por sua representação simbólica, apesar de se apresentar como objeto físico construído. A moradia movimenta valores, necessidades e preferências, conduzindo o estado de satisfação do indivíduo. Sentimentos de proteção, segurança e referência são presentes no espaço habitado [...].

Foi possível constatar nos resultados a influência que a moradia vem exercendo na saúde dos moradores do Loteamento Expoente, principalmente nas mulheres, pois passam a maior parte do dia em casa, enquanto os maridos saem para o trabalho ou para outros espaços que lhes proporcionam outras relações sociais, diferente de suas mulheres que ficam trancadas nos apartamentos, amedrontadas. Os relatos apontam para o sofrimento em ter que conviver diariamente com a insegurança do local, reafirmando a “importância da saúde mental nos aspectos subjetivos relacionados a sentimentos de bem-estar, segurança, proteção, paz, tranquilidade e abrigo.” (BERGAN, 2005 p. 31).

Outro ponto a ser considerado é o descompasso no reconhecimento entre os moradores e os profissionais envolvidos com o Loteamento Expoente, diante da pergunta. Em sua opinião, o Loteamento Expoente oferece condições para uma moradia saudável? Um dos profissionais respondeu de forma a contemplar o que os moradores haviam dito: “*Do jeito que está com toda essa questão de violência que a gente ouve das famílias, não, tanto que a gente atende muitas famílias doentes, o estresse, o medo, a insegurança, e assim não se não chega até nos que não estão doentes*”. (ENTREVISTADO 12). Entretanto, as demais respostas mostram a posição adquirida e ou na garantia do espaço de trabalho em favor de suas instituições (SECRETARIA DE HABITAÇÃO E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

*O empreendimento oferece totais condições para moradia saudável. A grande maioria dos problemas que ocorrem hoje é decorrente do convívio de um grande número de pessoas no mesmo ambiente, onde algumas não cumprem regras estipuladas pelo Programa MCMV e próprias da Convenção do Condomínio e regimento interno.* (ENTREVISTA 13)

*O que eu tenho pra dizer é que o expoente é muito melhor que muitos bairros de outras cidades que tem por aí, com certeza. (ENTREVISTA 16)*

Percebemos que a influência da moradia na saúde da população não é reconhecida pelos serviços públicos, pelo menos não é de conhecimento deles que tal situação esteja acontecendo no local pesquisado e essa possibilidade não foi levada em consideração no momento em que se planejou esse empreendimento. Nota-se que prevalece a noção de que suprimindo as necessidades fisiológicas básicas já é o suficiente.



## CAPÍTULO III

### 3 CONJUNTO HABITACIONAL EXPOENTE

#### 3.1 Reprodução da desigualdade e da pobreza;

Com base nas análises literárias, consta-se que a falta de moradia é uma realidade na maioria das cidades brasileiras. Para muitas famílias, a conquista da casa própria representa a realização de um sonho. Para os moradores, o Loteamento Expoente representou a oportunidade de terem suas casas e de melhorarem de vida.

*Eu morava em área irregular, [...] Mas era o sonho de eu morar assim. Todo mundo imagina assim: a gente vai morar num lugar com apartamento tudo novinho e tudo era lindo aqui. No dia que eu vim ver, meu Deus do céu eu queria me mudar antes de ter luz e água. Tinha flores, era muito lindo, aqui na frente era tudo azaleia, e virar no que virou. Só que aí as pessoas destruíram, as pessoas que vieram morar aqui. (ENTREVISTA 10)*

Diante dessa centralidade da lógica de mercado e especulação imobiliária, o Loteamento Expoente, representou para essas famílias a conquista da casa própria, mas as condições que se apresentam, revelam que não era o que eles esperavam.

*Eu achava que as casinhas eram separadas, viemos morar em casa de parede e meia. Não fechou nada com o que eles falaram pra nós, então é pior que a minha casa, tem quarto que faz 5 anos e nunca funcionou a luz. Aqui quando acendia uma apagava outra, funcionar funciona pouca coisa. (ENTREVISTA 1)*

Não pretendo generalizar e dizer que a nova moradia não melhorou em nada a vida dos moradores, pois muitos vivem em ambientes melhores do que viviam. Porém, para quase todos os moradores entrevistados no Loteamento Expoente, esse sonho se transformou em um pesadelo. Frustrados e sem a opção de ter para onde ir, essa é a realidade daquela população.

*Olha, nesses três anos que eu tô aqui eu já ouvi falas assim: “eu realizei um sonho que virou pesadelo”, o que a gente vê é desespero. (ENTREVISTA 13)*

Proponho, nesse momento, que se analise a ideologia da casa própria como uma estratégia de mercado, a fim de refletir para além do significado simbólico e subjetivo da moradia, pois se trata de um bem essencial à vida humana, e valendo-se dessa necessidade, o capital a trata como mercadoria, impondo ideologias para que sejam seguidas em busca da real felicidade. No caso do Loteamento Expoente, a casa própria não se tornou o sinônimo de felicidade, pelo contrário, muitos moradores já buscam alternativas para sair desse ambiente. Ou seja, nem sempre a ideia que se vende de que a casa própria é a realização de um sonho é ideal para determinada população, principalmente na forma com foi apresentada a esses moradores.

A forma adotada para o enfrentamento da questão habitacional de Chapecó manteve o foco exclusivamente na casa. No discurso político a construção de moradias para população de baixa renda ou a promoção de habitação de interesse social fez parecer que tudo é maravilhoso e que o direito à moradia está garantido, porém não há a compreensão de que, para que os direitos sejam assegurados, a cidade tem de garantir a atenção às necessidades dos moradores. Por essa razão, as políticas públicas voltam-se para as cidades. Essa é uma interpretação que precisa ser absorvida pelos gestores, caso contrário, corre-se o risco de atuar fundamentalmente baseado no assistencialismo, atendendo a população exclusivamente com a casa sem considerar que a dinâmica da cidade pode negar ou assegurar direitos. Em outras palavras, a falta de planejamento das cidades, contribui para a violação dos direitos básicos dos seres humanos e é uma forma de reprodução das desigualdades e da pobreza.

As pessoas contempladas com a moradia no Loteamento Expoente já vinham de uma condição de exclusão social e negação de direitos, e na busca de uma condição de vida melhor, foram realocados em um ambiente que não possibilitou a superação dessa condição. Pelo contrário, reafirmou a incapacidade da cidade de atender dignamente essa população. A intervenção da política habitacional foi ineficiente e teve como produto um espaço de reprodução das desigualdades, segregação, pobreza, violência e negação de direitos.

A reprodução da desigualdade, também é percebida em relação às questões de gênero, isso porque as famílias beneficiadas pelo PMCMV e atendidas com residências no Loteamento Expoente foram selecionadas considerando, entre outros critérios os estabelecidos pela portaria, principalmente o que se refere a mulheres chefes de família. O fato é que o programa seleciona pessoas a partir de critérios que não são considerados na execução do empreendimento. Fundamento esta conclusão a partir de falas como a dessa entrevistada que diz “*Até agora só*

*terminaram a creche, ainda bem, coitada dessas mães que iam lá em baixo com garoa, chuva e frio levar as crianças, agora a creche começou segunda-feira a funcionar”.* A segunda-feira mencionada pela entrevistada era dia 01 de agosto de 2016, ou seja, aproximadamente cinco anos após a entrega das moradias. Considerando que o objetivo era atender famílias cujas mantenedoras são mulheres, como esperavam que elas pudessem trabalhar para suprir as necessidades da família e ao mesmo tempo cuidar dos filhos?

Questionando sobre o planejamento para receber essas famílias, recebi a informação de que houve um trabalho articulado entre as secretarias, porém em relação à educação as ações iniciaram principalmente após a chegada dos moradores:

*A todo o momento o nosso trabalho é em conjunto com as outras secretarias, então como eu falei a de Habitação, principal porque é ela quem comanda ali o conjunto e depois com a de Saúde e Assistência Social para ajudar nesse trâmite. Antes das famílias se mudarem a gente já pensou na creche, só que a nossa atuação como educação ela começa mesmo quando a família está lá, porque a gente precisa saber quem é a criança, a idade da criança, se ela já estuda em algum lugar, aí às vezes a criança não quer sair dessa outra escola. Também não dá para ser um planejamento muito antecipado o da educação, porque a gente tem que ver criança por criança, e foi isso que a gente fez a partir do momento que eles estavam lá, como eles saíram de outras partes da cidade, eles já sabem vir buscar o serviço, antes que a gente conseguisse chegar numa família que se mudou a pouco tempo, eles já estavam ligando pra nós e perguntando ‘olha, estou me mudando do São Pedro, pra onde que eu vou estudar?’; esse fluxo é bem legal, eles já têm esse vínculo. (ENTREVISTA 15)*

Observa-se que mesmo sabendo dos critérios de seleção para as famílias contempladas, e tendo consciência da necessidade de uma creche, essa só foi concluída anos após a entrega dos imóveis.

*A creche foi planejada, na verdade, quando foi criado o Loteamento Expoente, eles reservaram aquela área como uma área institucional, um acordo entre a prefeitura, ficou aquele primeiro terreno, quando chega ao Expoente, e então nós optamos por aquele terreno porque é um terreno bem amplo e a estrutura da creche que tem lá é uma creche que a gente chama de padrão nosso, do município que o setor de engenharia faz. Tem sala de aula com trocador, porque lá vai crianças de berçário, bebezinhos, tem refeitório, tem espaço pra parque infantil, nesse ponto ela foi toda projetada, e pensada de acordo com o tamanho do Expoente porque lá tem muitas famílias, na verdade é um vem e vai de famílias, agora fizeram um novo sorteio, mas a nossa ideia sempre foi na faixa de 300 crianças, que é que a gente trabalha hoje. (ENTREVISTA 15)*

Outro indicador de que o critério que seleciona mulheres chefes de família, não foi levado em consideração durante o planejamento do

empreendimento é que muitas delas sofrem com a realidade hostil desse loteamento. Afirmando isso, pois mesmo entre os homens existe o medo da violência, porém isso não os impede de circular pelos espaços do loteamento e não restringe seus horários. Ao contrário do que acontece com as mulheres, que acabam desenvolvendo doenças psicossomáticas devido à condição de vida a que são submetidas. As falas revelam que as mulheres se trancam em casa como uma forma de se proteger ou de viver alheias a tudo que acontece ao redor de suas casas.

### **3.2 Segregação e estigmatização;**

A organização das cidades tem um fator determinante, o econômico. As formas de ocupação dos espaços que formam a paisagem urbana apresentam arranjos baseados no valor da terra, assim os “bairros estruturados e bem localizados são ocupados pelas elites e pela classe média, e as áreas não consolidadas e irregulares ficam para as camadas populares.” (CONSERVANI, 2012, [s.p]).

A formação das cidades se dá sob a ordem que é fundamentalmente excludente do capitalismo. Esse sistema impõe as classes econômicas mais baixas a uma condição de subcidadania, afastadas das regiões importantes da cidade, onde é oferecida grande parte dos serviços públicos, do comércio e do lazer, limitando a sociabilidade e tornando o capital um “gerador de segregação e de estigmatização de grupos sociais. Assim, ela se encontra em estreita relação com a produção e manutenção de preconceitos.” (CONSERVANI, 2012, [s.p]).

A pesquisa demonstra que os moradores sofrem constantemente com esse preconceito, um sentimento de inferioridade e de vergonha em relação ao lugar onde vivem. Essa situação cria uma característica entre os moradores que é a de não se sentir pertencente à própria comunidade. É comum ouvir relatos de que enfrentam dificuldades na busca de emprego devido ao fato de residirem em um ambiente que já carrega um estigma ruim.

*Tem é muito preconceito, tu sabe que esses dias eu fui no centro e fui pagar um boleto de água e luz e eu fiquei lá no terminal esperando a lotação pra cá, aí eu escutei duas mulheres conversando, mas elas desceram tanto cacete aqui que eu fiquei bem quietinha, me escondi, mas falaram tanto mal do Expoente, tanto mal, mas o que a gente vai fazer, esse preconceito do bairro Expoente é muito pesado, é pesado mesmo. (ENTREVISTA 5)*

*Se a gente vai e pedem onde vocês moram, antigamente dizia no Seminário, agora já é Expoente bairro progresso, se ir pedir um emprego e dizer que tu mora aqui tu não consegue, porque se você der o teu endereço eles vão dizer que depois vão vir roubar. (ENTREVISTA 7)*

Para Conservani (2012, [s.p], *apud* CALDEIRA 2000),

A discriminação social e as novas formas de organização do espaço urbano baseadas em espaços segregados são resultado de combinações entre violência, medo e processos de mudanças sociais. O processo de fortificação das cidades contemporâneas promovido pelas elites se justifica, em geral, em discursos de medo, na preocupação com referências étnicas e na criminalização da pobreza.

Os moradores vivem cotidianamente enfrentando esse fator de discriminação, e por habitarem em um conjunto habitacional de interesse social, que é voltado à população de baixa renda, são tratados como criminosos; essa é uma característica da criminalização da pobreza. A falta de identidade com o local onde vivem inviabiliza o bem-estar desses moradores, o fato de não se reconhecerem naquele espaço e de vivenciarem o peso do estigma os torna insatisfeitos com a própria realidade, que somada a outras situações enfrentadas resultam em insatisfação com a própria vida.

Mesmo quando essa realidade é enfrentada, esbarram em dificuldades impostas pelo sistema, como se ouvessem condicionalidades para pertencer ao centro das cidades. Wacquant, (2006, [s.p]) afirma que,

Quando esses [...] são, ou ameaçam tornar-se, componentes permanentes da paisagem urbana, os discursos de descrédito amplificam-se e aglomeram-se à sua volta, tanto «vindos de baixo», nas interações banais da vida quotidiana, como «vindos de cima», nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até, científico). Uma mácula localizada sobrepõe-se então aos estigmas já operantes, tradicionalmente ligados à pobreza [...]

As dificuldades para pertencer à cidade e para usufruir dos benefícios que os grandes centros urbanos oferecem são muito maiores para essa população. A sua condição econômica limita os lugares que podem ou não frequentar, diz como devem ser tratados e pior, torna-os invisíveis em locais diferentes da sua comunidade.

A forma como os moradores do Loteamento Expoente vivem e como se sentem em relação aos demais munícipes revelam um processo de des-empoderamento. Para Ribeiro e Junior (2003), esta é uma dimensão imaterial da segregação urbana; ao mesmo tempo em que sentem a diferenciação dos outros moradores da cidade em relação a eles, também assumem essa posição de diferentes e não conseguem criar laços de pertencimento com aquela localidade e os demais moradores. Porém “a estrutura urbana também releva e reproduz as desigualdades no que

concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos.” (RIBEIRO E JUNIOR, 2003 p.84).

Segundo Ribeiro e Junior, (2003 p.84).

A manutenção por longo período de um grande contingente de pobres, aliada à mudança das dinâmicas socioterritorial (autossegregação das camadas superiores, expansão do mercado imobiliário no território da cidade, diversificação social dos espaços periféricos, esgotamento dos processos de loteamento populares) e política (substituição da política clientelística pela filantropia política e pela política néo-corporativa) das grandes cidades no Brasil, tem se repercutido nos antigos espaços populares, com a criação de “bolsões” de miséria, especialmente nas antigas favelas, e a emergência de verdadeiros acampamentos com o surgimento de “novas favelas” caracterizadas por forte precariedade e destituição. É por esta razão que hoje encontramos em todas as grandes cidades brasileiras espetaculares percentuais de “favelização”. Ao mesmo tempo, um fenômeno novo é a crescente estigmatização dos territórios de concentração da pobreza, sobretudo em razão da difusão da “cultura do medo” sobretudo pelas classes médias em sua sociabilidade, o que está tendo um importante impacto na mudança da ordem socioespacial na direção de um modelo que combina crescente proximidade física das classes e fortes distância social.

A forma como se planejou e o Loteamento Expoente também revela características segregadoras. A decisão de colocar 470 famílias juntas sem levar em consideração que não tinham nenhum vínculo anterior, e que não se tratava de uma comunidade, mas de pessoas de diferentes lugares que foram sorteadas para ocupar o Loteamento, é uma forma de desenvolver espaços onde se propaga a violência. O resultado desse empreendimento é a criação de um espaço de miséria, onde por falta de planejamento ou vontade política foi construída a favelização, pois é inerente a esse processo, da mesma forma com a carga do estigma. Todos são re-significados com o estigma de pessoas perigosas. Percebem-se nessa localidade graves falhas na execução das políticas públicas que têm produzido e fomentado as desigualdades sociais.

### ***3.3 Violência;***

A criminalidade tem representado um desafio às autoridades em todas as cidades brasileiras, motivada pelo tráfico de armas e drogas, a ação criminal que mais cresce e ajuda a aumentar os índices em todo o país, principalmente nas grandes cidades. “As drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas e expandem seu número e suas modalidades.” (SOARES, 2006, [s.p]) Ainda segundo Soares (2006, [s.p]) “Essa matriz da criminalidade tem assumido uma característica peculiar, ao infiltrar-se e disseminar-se como

estilo cultural e meio econômico de vida, com seu mercado próprio e lamentavelmente promissor”.

Explicar a criminalidade não é tarefa fácil, e de forma alguma é possível generalizar qualquer tipo de crime. “Não existe o crime, no singular” (SOARES, 2006, [s.p]). É grande a diversidade da criminalidade e acontecem nas mais variadas dinâmicas sociais. Por essa razão, seria muita ousadia tentar explicar o motivo do aumento da criminalidade e da violência no Loteamento Expoente. Ela pode ser motivada por diversos fatores e para cada ação um fator diferente, porém “é claro que esses crimes são indissociáveis desse quadro social” (SOARES, 2006, [s.p]), ou seja, acontecem dentro de um determinado quadro social que engloba todas as relações sociais, condições econômicas, culturais, etc.

Infelizmente, grande parte das ações criminosas oferecem vantagens econômicas muito superiores às alternativas proporcionadas pelo mercado de trabalho, atraindo facilmente novos adeptos. Não é difícil supor que diante de uma oferta de dinheiro e falso “poder”, um jovem que vivencia uma realidade de exclusão social, como é o caso dos moradores do Loteamento Expoente, prefira partir para a criminalidade em busca de alguma forma de aceitação e principalmente de benefícios financeiros. Também não podemos cair no senso comum de achar que quem pratica algum tipo de crime é o pobre, que vive em lugares onde as moradias são precárias, nem sempre os criminosos são filhos da pobreza ou da desigualdade, em muitos casos as práticas são estimuladas pela certeza de impunidade (SOARES, 2006).

Em outras palavras, pobreza e desigualdade são e não são condicionantes da criminalidade, dependendo do tipo de crime, do contexto intersubjetivo e do horizonte cultural a que nos referirmos. Esse quadro complexo exige políticas sensíveis às várias dimensões que o compõem. É tempo de aposentar as visões unilaterais e o voluntarismo. (SOARES, 2006, [s.p]).

Com base nos dados coletados, percebe-se que a insegurança assola os moradores; só não sofre com a situação quem se beneficia dela.

*Aqui a segurança tá feia, o cara não dorme mais direito, tem dias e noites aí que tá sempre cheio de tiro, e a polícia quando vem leva uma hora e o caboclo tá morto, e é noite e dia ninguém deixa conversar, prosear com ninguém, entende? Então acho que a segurança aqui pra nós tá feia, feia mesmo de verdade. (ENTREVISTA 1)*

*Acaba que os bandidos estão sendo mais forte que polícia, então ficou aquela coisa, eles desistiram. (ENTREVISTA 14)*

A questão da criminalidade e do medo entre os moradores se apresentou de maneira que saltou aos olhos a forma como tal situação apavora os moradores, ao mesmo tempo em que os limita em sua liberdade. Por isso, não poderia desconsiderar esse fenômeno e tratá-lo de forma banalizada.

Observei que os moradores vivem sob constante ameaça, sob pressão e medo, sendo agredidos psicologicamente sem poder se defender ou sequer denunciar tais agressões.

*Nem dá pra gente falar, porque eu tenho medo, as pessoas que denunciam sempre eles perseguem mais, só que eu tenho medo, eu tenho, depois tem dois que vem sempre me pedir dinheiro pra mim e pra Fulana. Às vezes a gente tem um troquinho pra comprar um pão, às vezes tem um troquinho pra prevenção, comprar um litro de leite e daí vem bater 11 horas da noite na porta, às vezes já estou dormindo, eu to cansada (desabafo), esse que é mais o meu medo. Eu tenho medo. [...]. Eu não falei nada porque senão eles ficam e fazem de tudo e aí me incomodam, daí já querem registrar queixa e eu tenho medo eu não quero, eu não quero. Eu to cansada, só que a gente sofre calada. (ENTREVISTA 4)*

Identifiquei que o principal medo dos moradores é dos tiroteios que acontecem com frequência. Percebi que existe um grupo de pessoas chamado pelos moradores de “os meninos” ou “os piá”, que são quem causa essas preocupações e promovem a violência no Loteamento.

*Ah, eu tenho medo dessa piaçada que ficam brigando e dando tiro, tu já pensou se dá nos vidros, não tem proteção o apartamento não tem muita espessura nas paredes, um tiro meio forte passa do outro lado, eu quando vejo aquele tiroteio me escondo dentro do banheiro. Que é no meio. (ENTREVISTA 5)*

*Medo de tiro, briga, de quererem entrar dentro de casa, eu acho que mais o medo é de tiro, quanto o tiro já deu aqui, Eu já passei situação de pularem dentro da minha casa. O tráfico é livre, os piá fumando, eu tento nem querer saber. (ENTREVISTA 10)*

O aumento da violência e da criminalidade se apresenta de forma diferenciada nos espaços urbanos, ela está presente em toda a cidade independente da realidade financeira dos moradores, porém nos bairros com população de menor poder aquisitivo é percebida a maior influência do medo, isso porque não estão cobertos por aparatos de segurança. A fragilidade na estrutura das moradias os faz sentir vulneráveis a situações violentas, além de residirem normalmente em localidades onde é presente o estigma de ser perigoso e violento.

Essa realidade é percebida no Loteamento Expoente. O cotidiano violento provoca nos moradores o sentimento de insegurança e medo, o que revela que esses indivíduos estão



submetidos a constantes agressões psicológicas. A presença do medo da violência na fala dos moradores nos revela que a criminalidade se apresenta na forma de uma territorialização perversa, onde o tráfico de drogas se impõe pelo uso da força e pela lógica do medo como estratégias de dominação, por isso muitos moradores vivem fechando os olhos para o que acontece nos arredores de suas residências, afirmando que “*não vi nada, não sei de nada*” (ENTREVISTA 5 ) acreditando que assim terão a sensação de segurança, ou pelo menos de estarem afastados do perigo.

A situação fica ainda pior quando se identifica que os moradores, além de todo o medo de denunciar e sofrer repressão, ainda sofrem com o medo das ações policiais, conforme evidencia as falas.

*Quando dava tiro e polícia e tudo na minha rua eu passei tanto medo. Na verdade quando eu vim morar ali no Expoente um monte de vez eu pensei em pegar os meus filhos e sair dali, ir pagar aluguel novamente, eu passei muito medo, não sabia se era polícia, se era bandido. Os polícia a paisana entrando nas casas, derrubando porta e tu leva aquele susto, não sabia o que tava acontecendo. (ENTREVISTA 10)*

*Se tu chegar tarde da noite você é bandido, eles param, tiram você do carro, revistam e não deixam você nem pegar o documento. (ENTREVISTA 14)*

*A polícia baixou muito no meu conceito depois que vim morar no Expoente. Pra eles ali no Expoente todo mundo é bandido. Hoje eu penso duas vezes se eu precisar chamar a polícia se eu realmente vou chamar. (ENTREVISTA 14)*

O pré-julgamento e a ação sempre voltada à repressão são marcantes, fazem da polícia, que deveria proteger a população, outra vilã, deixam cicatrizes e rastros de violência em um lugar que não precisa deles para sofrer agressões.

### **3.4 Serviços públicos**

Com a extinção do Banco Nacional de Habitação, as ações voltadas a habitação ficaram sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal, porém até meados de 2003, a política de habitação ficou sem estrutura para que fossem realizadas ações contínuas. Somente a partir do ano de 2003, já no governo Lula, a política de habitação se fundamentou em princípios da participação popular, do planejamento e da integração das políticas urbanas. No ano de 2007 é apresentado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) “destinado a promover o crescimento

econômico com um ambicioso programa de investimentos em infraestrutura” (CARDOSO, ARAGÃO, ARAUJO, 2011, p. 03). Já no ano de 2008 e 2009, como estratégia para o enfrentamento da crise econômica internacional, o governo instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida. O objetivo era promover o aquecimento da economia injetando recursos no setor da construção civil e promover a construção de moradias. (CARDOSO, ARAGÃO, ARAUJO 2011).

No ano de 2009, o governo federal lançou o Plano Nacional da Habitação (PLANHAB) através do Ministério das Cidades,

O principal objetivo do PlanHab é formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do país, direcionando da melhor maneira possível, os recursos existentes e a serem mobilizados, e apresentando uma estratégia nos quatro eixos estruturadores da política habitacional: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil. Com ele, se pretende implementar um conjunto de ações capazes de construir um caminho que permita avançar no sentido de atingir o principal objetivo da PNH: universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro. (MINISTERIO DAS CIDADES, 2009 p. 09).

O PlanHab apresenta no Eixo da Cadeia Produtiva da Construção Civil o objetivo geral de “ampliar a produção e estimular a modernização da cadeia produtiva da construção civil voltada à produção de HIS e à habitação do mercado popular, buscando obter qualidade, menor custo, ganho de escala e agilidade.” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009 p. 138). Nesse mesmo eixo são definidas as seguintes estratégias,

1. Desonerar o processo de produção da habitação de interesse social, garantindo que os incentivos gerem efetivamente uma redução no custo e aumente a oferta da moradia;
2. Dar agilidade aos procedimentos de aprovação de empreendimentos habitacionais, buscando simplificar o processo de licenciamento no âmbito local e criando ambiente favorável à agilização dos registros cartoriais;
3. Modernizar processos de produção a partir do incentivo à utilização de materiais, componentes, sistemas e tecnologias adaptadas às características regionais e adequadas às especificidades da HIS;
4. Estabelecer normas gerais aplicáveis em todo o território que deem homogeneidade às exigências para a habitação de interesses social;
5. Capacitação de mão-de-obra e de profissionais que trabalham no setor habitacional voltado à HIS, buscando alcançar maior qualidade nos projetos e no processo de construção; 6. Apoio ao autoempreendimento da casa própria e aos processos com autogestão e cooperativados. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p. 138).

Ao analisarmos o PlanHab, percebemos algumas desconformidades com a realidade vista no Loteamento Expoente. Muitas foram às queixas em relação à qualidade do material utilizado para a construção dos imóveis.

*É pior que a minha casa, tem quarto que faz 5 anos que nunca funcionou a luz, aqui quando acendia uma pagava outra, funcionar funciona pouca coisa, agora não acende mais. (ENTREVISTA 1)*

*Eu não sou engenheira, não sou arquiteta, não sou nada, mas a gente sabe que tem material de baixa qualidade, coisas que a gente sabe que por ser um projeto piloto e pela verba que veio era grande, era pra ser uma coisa muito melhor. (ENTREVISTA 14)*

*As tomadas, os vasos sanitários, uma coisa tão simples, mas a maioria do pessoal teve que arrumar ou tá quebrado ou tiveram que comprar outro, as tomadas não funcionavam. As pequenas coisas, entende? Porque se veio verba, se estavam fiscalizando porque não fizeram uma coisa boa e bem feita? (ENTREVISTA 14)*

A definição do padrão arquitetônico também é um problema para os moradores:

*Mal planejado, já foi feito pra pessoas que ganhavam até 3 salários mínimos, financeiramente pra construir alguma coisa eles não pensaram nessa parte, se já era pra pessoas consideradas renda baixa e aí fizeram uma estrutura totalmente ruim, e as casas germinadas. Eles falavam nas reuniões, deram exemplos lá dos EUA porque lá tem furacões, tem tudo e que a estrutura ia ser que você não ia conseguir escutar nada do outro lado, porque todos questionavam 'a parede da minha sala vai ser a parede do vizinho e tal'; pura mentira, se você falar um pouquinho alto o vizinho escuta tudo. E os apartamentos cada bloco tem 8 apartamentos, e o pessoal reclama porque ficaram tipo dois apartamentos na frente, tem os 4 em cima e dois atrás e as escadas quando você sobe é fechado, e escuro. (ENTREVISTA 14)*

*O dia que ela chegou lá na minha casa, a mulher da habitação, eu disse pra ela assim 'a casa é separada? eu não quero morar em apartamento'. Ela disse: 'as casas vão ser tudo cada uma no seu lugar'. Cheguei aqui as casa tudo parede e meia, aí falei então não é como pensei não é como falei com a moça. A moça primeira coisa já mentiu na casinha e segunda coisa ela já mentiu que ia ter tudo como a gente pensava, bem sincero, é tudo mentira o que a habitação fez. A luz aqui faz cinco anos que estamos aqui e não funciona uma tomada, fizeram que nem a cara deles. Então sou bem sincero, o que é prá dizer eu to dizendo. Se nós viemos morar aqui, nós tava lá bem por que trouxeram nós morar aqui parede e meia, eu nunca morei, nunca gostei de morar em parede e meia. Se você ir lá, tu vê eu falar alguma coisa se eu ficar aqui eu vejo você falar alguma coisa lá, tudo parede e meia. Então pra mim já não fechou isso aí, pra mim foi zero. (ENTREVISTA 1)*

Outro ponto observado é a estratégia de número 4, que estabelece normas gerais aplicáveis aos conjuntos habitacionais de interesse social, visando à homogeneidade nas exigências. A interpretação que temos é de que isso restringe a um padrão engessado das ações,

sem considerar que cada comunidade tem uma forma peculiar de organização e que as estratégias utilizadas em determinados locais podem não ser adequadas em outros.

Ao definir as propostas do projeto de pesquisa, imaginava que encontraria no Loteamento Expoente muitas queixas sobre a oferta de alguns serviços públicos, porém mesmo com todas essas questões levantadas, pude perceber que para os moradores a estrutura física ou falta dela não é o principal motivo para a insatisfação com as moradias.

Quanto ao saneamento básico, observei que em relação à coleta de lixo não existem reclamações, o caminhão de coleta recolhe o lixo três vezes por semana. A única questão levantada é dos próprios moradores que não fazem a separação adequada e costumam deixar lixeiras abertas e os cachorros espalham o lixo.

Sobre o abastecimento de água, percebi que hoje em dia já não representa um problema. No início chegou a causar transtornos, mas já foram solucionados. No início, o abastecimento era por blocos, e a cobrança vinha junto com o condomínio. Como alguns moradores não pagavam a conta, a solução foi individualizar a cobrança.

*Água não tinha quando era tudo junto, vinha no condomínio que um pagava outro não pagava aí a Casam ia segurando, depois que foi dividido tudo ficou bom. (ENTREVISTA 6)*

Já o esgoto, é um problema notado logo na chegada, o mau cheiro é sentido em quase todos os espaços por onde andamos. Segundo os moradores, no verão a situação fica ainda pior. Mas, nesse caso, também se aplica a questão dos pagamentos, muitos não pagam a taxa de condomínio e por isso as fossas não são esvaziadas. Existe a reclamação de que desde o início a rede de esgoto deu problemas, segundo os moradores a empresa não fez adequadamente.

*Esgoto desde o começo sempre teve problema. E aquele esgotos lá e não vem limpa e não sei o que vamos fazer, eu não posso abrir a porta, as casas menos, porque como não paga condomínio ai cada um se vira só o cheiro, o cheiro nas casas, no verão você não aguenta o cheiro, porque é muito forte. Fica escorrendo na rua aquela podridão, vem aqueles que limpam as fossas, mas aí a gente tem que pagar. Nossa tá difícil não sei até quando vai parar de pé. (ENTREVISTA 10)*

As condições apresentadas revelam um risco à saúde dos moradores. Isso porque segundo a Organização Mundial da Saúde, o conceito de saúde contempla o estado de completo bem-estar físico, social e mental, e não apenas a ausência de doença. Se observarmos a Lei Orgânica do Município de Chapecó (1990, [s.p]), o capítulo IV afirma ser competência do município,

XVII - instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XXXIV - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

No que se refere à saúde, a Lei Orgânica do Município de Chapecó (1990, [s.p]) reconhece que,

Art. 107. A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, o meio ambiente, o trabalho, o saneamento básico, a alimentação, a moradia, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, e os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do Município. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade, condições de bem-estar físico, mental e social.

Com base nos dados coletados, e nos artigos mencionados acima, pode-se afirmar que a legislação municipal não se aplica no caso do Loteamento Expoente. A população que resida naquele local está sendo privada de um Direito instituído em lei. Ainda sobre os serviços públicos municipais, observa-se que, ao contrário do que afirmava nossa hipótese inicial, a distância do loteamento não representa uma dificuldade para os moradores. Os entrevistados se revelaram plenamente satisfeitos com o serviço de transporte público, as ressalvas feitas foram em relação à qualidade do ônibus e à falta de horários, principalmente nos finais de semana.

Sobre o serviço público de Saúde não ouvi queixas, pelo menos sobre a Atenção Básica em Saúde os moradores estão sendo atendidos. Uma observação feita é sobre a distância do posto, porém para amenizar essa situação, os encaminhamentos são feitos pelas Agentes de Saúde, evitando que os moradores tenham que se deslocar até a Unidade de Saúde. Outra reclamação é em relação à falta de remédios.

*Da saúde eu não tenho do que me queixar, melhorou bastante o posto desde que vim pra cá. No começo era muita gente, agora aumentaram o número de funcionários, tem duas equipes antes era só uma. (ENTREVISTA 10)*

Encontrei dificuldades para colher dados dos moradores sobre a educação, devido ao fato de as entrevistas acontecerem em horário comercial. Os sujeitos entrevistados foram principalmente aposentados que estavam disponíveis nesse horário, por isso a maioria respondeu

que não tem ninguém que mora com eles em idade escolar. Mesmo assim me deparei com dois pontos de vista:

*A escola pra mim que não sou pai, não tenho filho, mas vejo meus vizinhos, pra eles tá bom, deve estar ótimo, tem ônibus na porta de casa que leva e traz, antigamente não tinha isso, tinha que ir a pé de chinelinho de dedo, hoje tem tudo na porta de casa, não estudam porque não querem. (ENTREVISTA 1)*

*É outra dificuldade os alunos têm que se deslocar daqui, porque não tem. (ENTREVISTA 2)*

Para a Secretaria de Educação do município de Chapecó, a atual conjuntura de serviços públicos dá conta da demanda, mesmo sendo atendidos fora do local onde vivem, pois é fornecido o transporte até as escolas. Atualmente transportam,

*Uma média de 120 crianças de ensino fundamental e junto neste ônibus vêm algumas crianças, adolescentes na verdade que é de ensino médio que param na escola São Francisco, que pertence ao Estado, mas como o município é responsável pelo transporte escolar, então ele traz essas crianças também. (ENTREVISTA 16)*

Mas, reconhece que existe uma limitação em relação ao transporte de alunos para escolas em outras comunidades e que o ideal seria ter uma no Loteamento Expoente,

*Pro futuro com certeza a construção de uma escola de ensino fundamental, a região vai desenvolver, pensando assim em uma questão de planejamento, mesmo a creche ela vai quase estar na sua capacidade máxima até o final do ano, então vai ter quase 300 crianças, e essas crianças vão crescendo. Então a gente não vai mais ter transporte escolar suficiente que traga elas pro centro, então pro futuro sim, pra melhorar o serviço vamos precisar construir uma escola. (ENTREVISTA 16)*

Diante desse cenário, pode-se perceber nos moradores um sentimento de abandono por parte do poder público, mesmo reconhecendo o atendimento em relação à saúde, à educação e ao transporte; os demais serviços são praticamente inexistentes.

*Mas uma coisa eu te digo, o Expoente é diferente dos outros bairros, os outros bairros falta uma coisa que outra e no Expoente falta tudo, nós não temos nada, falta tudo. (ENTREVISTA 2)*

*Nos fomos esquecido aqui como diz o causo. (ENTREVISTA 4)*

*Abandonaram, jogaram nós pra cá e tchau. (ENTREVISTA 9)*

Para tanto, cita-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó Lei Complementar Nº 541, de 26 de novembro de 2014, que trata da aprovação do Plano Diretor de Chapecó (PDC). Criado com vistas a atender “às disposições do artigo 182, da Constituição Federal; da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, e do artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Chapecó.” (Plano Diretor, 2014). A referida lei estabelece como princípios a função social da cidade; função social da propriedade; gestão democrática da política de desenvolvimento urbano; e o desenvolvimento sustentável. (PLANO DIRETOR, 2014).

A Função social da cidade compreende o direito à cidade a partir dos seguintes componentes:

- I - a justiça social e redução das desigualdades sociais;
- II - inclusão social com equidade, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas públicas a todos os munícipes;
- III - o direito à terra e à moradia digna, respeitadas as diversidades étnicas e culturais;
- IV - ao saneamento ambiental;
- V - a infraestrutura e serviços públicos para todo o território do município;
- VI - direito à mobilidade, ao transporte coletivo e individual e à acessibilidade universal;
- VII - direito ao trabalho, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- VIII - o direito à informação e à participação da sociedade nas decisões da política urbana. (Plano Diretor, 2014).

Dentre os objetivos deste Plano (Plano Diretor, 2014), destacam-se:

- I - ordenar e controlar o uso e ocupação do solo urbano, de forma a promover áreas para as diferentes atividades urbanas, sem que haja incompatibilidades de usos, observando a capacidade de suporte do meio físico, a infraestrutura de saneamento ambiental e as características do sistema viário;
- II - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, recuperando investimentos do Poder Público de que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos, através dos instrumentos da política de desenvolvimento urbano;
- III - assegurar o acesso à habitação, especialmente de interesse social, a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- IV - promover a acessibilidade e a mobilidade universal, facilitando o deslocamento de todos os cidadãos com segurança a qualquer local do território, priorizando o transporte público coletivo e o transporte alternativo;
- VI - promover o saneamento básico, de modo a conservar e recuperar os potenciais hídricos, os mananciais de abastecimento de água potável, superficiais e subterrâneos do Município;

IX - promover a requalificação de espaços urbanos estratégicos, que se encontram abandonados, subutilizados ou degradados, direcionando ações que possibilitem a sua recuperação;

O Plano Diretor complementa de certa forma o Estatuto da Cidade, isto porque é por meio dele que os municípios em especial programam suas ações para alcançar os princípios e objetivos dispostos na Lei Federal.

Saboya (2007, p. 39) esclarece que o,

Plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizados como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano converjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.

O Plano Diretor, de acordo com Pinheiro (2010, p. 91), é elaborado em quatro fases, sendo elas: 1) Fase Preparatória: Constituição do Núcleo Gestor (equipe coordenadora), preparação (do processo técnico e participativo), lançamento e divulgação, capacitação (gestores, técnicos e sociedade civil); 2) elaboração do Plano: Leitura Técnica e Comunitária (a cidade que temos), formular a estratégia e definir os instrumentos (a cidade que queremos), construir o Pacto e o Projeto de Lei (caminho para a cidade viável); 3) Aprovação: discussão na Câmara Municipal (a cidade que podemos ter); 4) Implementação: implementação de projetos e ações (a cidade em transformação); e 4) Gestão do Plano: monitoramento (por e para uma cidade melhor).

Dentre as estratégias estabelecidas no plano, destaca-se a Estratégia de democratização do acesso à terra e à habitação, assim entendida, como meio para promover a requalificação e reestruturação de espaços informais e o direito à moradia digna, através da ampliação da oferta, democratização do acesso e reconhecimento/regularização de ocupações consolidadas.

Aborda-se também que a regularização e urbanização de assentamentos informais habitados predominantemente por populações de baixa renda devem ser facilitadas pelo estabelecimento de normas especiais de urbanização e simplificação de parâmetros legais relativos ao parcelamento do solo e normas edilícias.

Conforme Lins (2003, p.12), o Plano Diretor,

Deve incorporar os vazios urbanos como elementos potenciais de implantação dos princípios postos no Estatuto da Cidade. Nesta lei, a terra urbana deve cumprir a sua função social na cidade, ou seja, servir aos interesses coletivos em detrimento dos individuais, a partir da utilização do solo urbano não utilizado ou subutilizado para a ordenação do território que serve ao desenvolvimento econômico e social da cidade.



Observa-se que o Plano Diretor do município não se aplica totalmente em relação ao Loteamento Expoente, principalmente ao que se refere à garantia de acesso a bens, serviços e políticas públicas a todos os munícipes; moradia digna, saneamento ambiental e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

Ainda sobre “o direito à terra e à moradia digna, respeitadas as diversidades étnicas e culturais” (Plano Diretor, 2014), observa-se que a forma como organizou-se o Loteamento, não respeitou as diversidades culturais e isso tem representado um problema aos moradores.

*Teve gente que não soube cuidar, moravam lá no barraquinho e nunca tiveram esse hábito de higiene e vieram, e tem pessoas que não vão mudar seu jeito nunca mesmo que ganhe uma casa novinha tudo bonitinho, não vão mudar não adianta. (ENTREVISTA 14)*

*É complicado, com o Expoente foi o primeiro projeto deles, teve muita coisa errada, é muita gente em um espaço pequeno. (ENTREVISTA 10)*

*O atendimento foi bem difícil no início, porque você entra com uma questão cultural das pessoas. (ENTREVISTA 16)*

Para os serviços públicos o aumento considerável do contingente populacional também provocou mudanças.

*O impacto no início acho que foi grande tanto que a secretaria teve a visão de mudar o local do CRAS, nós estávamos localizados no bairro Palmital, e aí a reivindicação em função da necessidade, principalmente das famílias, porque logo depois veio o Monte Castelo, e aí com mais 400 ou 500 famílias, a necessidade foi de aproximar mais da comunidade deles. A gente está hoje aqui nesse local. por isso, por essa visão da necessidade de estar mais próximo da comunidade. O impacto no atendimento é bem grande. (ENTREVISTA 12)*

*Na verdade, assim, o que a gente sente de difícil no serviço público é que quando eles foram para aquelas casas óbvio que eles não ganharam a moradia, mas comparado ao que eles pagavam por exemplo de aluguel em outras regiões da cidade foi um preço muito bom. Foi uma condição muito favorável pra eles se mudarem pra lá e eles se mudaram sem pensar se já tem posto de Saúde, se já tem escola, não, se mudaram, aí depois que se mudaram eles ‘a gente quer tudo isso’. Então na verdade assim eles acharam que eles tinham que ganhar tudo e não é assim, em outras partes da cidade também não é assim. Na verdade o serviço público está ali pra auxiliar, mas ele tem que ter uma contramão das pessoas. Então as pessoas tem que ter um pouco de paciência, não é do jeito que elas querem. Por exemplo o transporte escolar, se fosse do jeito que elas quisessem o transporte tinha que parar na frente da casa de cada um carregando as crianças, não dá. Então é uma questão bem cultural mesmo, porque você tem que conversar com as pessoas fazer elas entenderem que a gente consegue ir até um determinado ponto e elas tem que ceder e vir até um determinado ponto. Tem que ter um esforço dos dois lados pra coisa acontecer. (ENTREVISTA 16)*

A maioria dos moradores nunca tinha convivido em casas conjugadas ou apartamentos, não pagavam água ou luz nas áreas irregulares e não aceitam que devem pagar a taxa de condomínio.

*Eu pago o apartamento e o condomínio e tem água e luz, o condomínio que é muito alto, cento e pouco, é muito alto, porque eu só gasto o gás o resto não tenho e como é que tu vai gastar 100 e pouco de gás todo mês. (ENTREVISTA 5)*

Sobre as regras pactuadas no condomínio, existem dificuldades em serem estabelecidos e respeitados, muitos que estão morando no loteamento compraram os apartamentos ou casas de terceiros e não participaram dos encontros realizados no início do empreendimento, onde foram pactuadas as regras de convivência.

*É difícil, quando nós íamos às reuniões da habitação tudo isso tinha, mas aqui ninguém respeita por música, farancho de noite, fuzarca, bebedeira, grito, tiro, ninguém respeita. É difícil de 100 acho que tira 10, porque eu fui em todas as reuniões, eu sei mas o que adianta? As pessoas que nem a gente que não é de folias cumprem as regras, mas tem pessoas que não, aí adianta nada. (ENTREVISTA 4)*

*Era pra ter, mas não tem, todo mundo faz o que quer, ninguém respeita. É o barulho de noite até umas horas. (ENTREVISTA 10)*

Questionei sobre a oferta de programas de adaptação aos moradores e o retorno que tive foi que foram realizadas intervenções por meio de reuniões, porém pelo mesmo motivo que desconhecem as regras citado anteriormente, também não participaram das intervenções.

*A gente teve montes de reunião todo mundo foi na reunião, tem que ter respeito, e aí o que acontece. Eles fizeram a parte deles, pra um respeitar o outro, e ninguém cumpre, é as pessoas mesmo, se tu vai falar a vizinha aqui uma vez botou um cartaz 'por favor sem barulho', a vizinha pegou tirou de vizinho e botou outra besteira. (ENTREVISTA 10)*

*Que ia ser um pessoal que ia vir aqui pra conversar com a gente que não sei o que, nunca teve nada disso, então a gente foi jogado aqui, eles juntaram todos os assim, e jogaram aí no meios das pessoas, não foi classificado, ninguém é melhor do que ninguém, mas tem umas coisas que não dá. (ENTREVISTA 5)*

Sobre as intervenções, a Secretaria de Habitação afirmou que,

*Foi feito o trabalho social com os beneficiários que iniciou 06 meses pré-ocupação e 06 meses pós-ocupação, sabendo-se da necessidade técnicos sociais da Secretaria de Habitação permaneceram com o projeto social durante 02 anos. A Secretaria de Habitação desenvolveu várias ações referente a orientação nesse sentido, orientar e conversar com os moradores para que cuidem do seu apartamento e sobre manutenção de fossas entre outros. (ENTREVISTA 15)*

As áreas em que essa população habitava eram marcadas pela desigualdade social, uma vez que o desemprego, a violência e a criminalidade permeavam as relações sociais. Essas famílias de certa forma não tiveram acesso ao mercado de trabalho, à educação, à habitação e acabaram por se inserir em espaços geograficamente irregulares e em que o poder público pouco se empenhou em resolver os problemas sociais ali existentes.

O Expoente visou atender ao direito de Habitação, porém, a iniciativa acabou por violar outros direitos, ao passo que retirou moradores de várias regiões da cidade e inseriu todos em um único espaço. Como foram alocados moradores de diferentes regiões e todas marcadas pela pobreza e violência, ambas resultantes da desigualdade social, a população do Expoente mais uma vez passou a ser marginalizada, pois as situações de violência (que muitas vezes eram uma forma de manifestar a falta de acesso aos direitos) se intensificaram.

O Expoente foi uma tentativa de resolver problemas sociais, mas ao não ter sido planejado na lógica da garantia dos direitos sociais, acabou por retirar a população vista como “problema” de vários locais da cidade e alocar todos estes “problemas” em um único lugar, afastado dos olhos do poder público. Dessa forma, criou um problema que extrapolou o controle das autoridades e tem em sua raiz a violação dos direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este trabalho, procurei identificar a qualificação ou desqualificação do Loteamento Expoente no município de Chapecó/SC enquanto espaço de moradia saudável. Parti do princípio de que a saúde não é a ausência da doença, mas sim o bem-estar. Para tanto, é indispensável que se leve em consideração as influências simbólicas da moradia na saúde da população.

Sabe-se que desde a formação das cidades, a população de baixa renda ocupa as áreas periféricas, irregulares ou em condições inadequadas e insalubres. Isso porque a formação das cidades acontece de forma desordenada. Nesse desenvolvimento urbano acelerado e sem planejamento é que está o cerne da questão social.

As cidades são transformadas a partir da industrialização, quando fica explícita a formação da classe social formada pelos trabalhadores, e que a única coisa que dispunham para vender era a sua força de trabalho. Esses trabalhadores buscavam os grandes centros urbanos em busca de uma vida melhor do que o campo oferecia. Porém deparavam-se com cidades sem condições para recepcioná-los e a única coisa a fazer era improvisar os lugares para morar, formando assim os bolsões de pobreza, os cortiços, hoje tratados como favelas. Esses espaços eram afastados dos grandes centros e dos lugares onde havia a atenção do poder público ou privado.

Percebe-se que desde os primórdios das cidades, o poder econômico foi instrumento de segregação. A parcela da população que não tem condição econômica para se manter nos grandes centros tem que se contentar em viver às margens, sem direito à cidade, sem usufruir dos benefícios que esses espaços oferecem; isso devido a ótica excludente do capital.

O crescimento das cidades brasileiras tem acirrado a segregação e a desigualdade entre seus habitantes, tornando ainda mais expressivos os problemas com a habitação. Sabe-se que não são por falta de leis que a população vive em condições inadequadas de moradia, e sim pelo processo histórico de urbanização desenfreada e sem planejamento, aliados à condição de exclusão e exploração do trabalho da população pobre do país.

Reconhece-se que a solução para essa situação seria uma ordem econômica justa e equitativa, porém ainda representa uma utopia, pois seria necessário mudar todo o sistema e estabelecer uma nova ordem econômica, haja vista que o sistema atual se beneficiaria dessa condição de exclusão em que a população tem sido submetida.

A alternativa viável seria unificar as esferas administrativas em busca da sustentabilidade, visando o desenvolvimento social e não apenas o crescimento econômico, pois atender as necessidades urbanas não diz respeito apenas a recursos financeiros ou vontade política. Trata-se de um processo complicado e de resultados em longo prazo que dependem de um planejamento adequado.

O direito à cidade sustentável é um direito coletivo, compreende uma organização municipal democrática, onde o cidadão possa 'ser parte da identidade e da vontade coletiva, na convivência dos diferentes, no enfrentamento de lutas e conflitos que resultam em solidariedade e urbanidade.' Ter esse direito garantido significa derrubar os

“muros invisíveis” que representam a exclusão e a segregação da população pobre em relação aos espaços da cidade. (CFESS, 2014, p. 02).

Diante desse entendimento e do conceito de moradia saudável que compreende que a saúde está diretamente ligada ao modo de viver das pessoas, constatei que o Loteamento Expoente não oferece uma condição favorável à saúde dessa população. Percebi a insatisfação dos moradores com o local onde vivem e o desejo de sair dele.

O Loteamento Expoente representa uma mudança para a dinâmica do município de Chapecó, a realidade das comunidades antigamente chamadas de favelas. A diferença dessa comunidade em relação às demais cidades, é que nos outros locais as comunidades foram se formando justamente pela falta de moradia, pela segregação espacial que levavam as pessoas a se colocarem como podiam, em áreas irregular, afastadas dos grandes centros etc. Essas comunidades também apresentam problemas de conflito entre os moradores, por conta da perda da intimidade, da privacidade, do compartilhamento da água, da energia, da gestão do lixo dos espaços de circulação. Porém, esse é um problema gerado pela maneira como a comunidade se formou. O caso de Chapecó é diferente, foi feito um projeto, o empreendimento foi idealizado pra atender a necessidade de habitação para a população que vivenciava alguma forma de risco ou vulnerabilidade social. O que se percebe é que foi pensado de forma assistencialista, na entrega da casa, como se isso fosse suficiente, foram entregues as moradias do conjunto habitacional com casas pintadas, jardins e quiosques pra convivência como se isso fosse solucionar os problemas de moradia do município.

O que me parece é que ao desenvolver o projeto do Loteamento Expoente não se levou em consideração que precisaria de muitas políticas públicas para que aquela comunidade pudesse se organizar. Percebe-se que o município, por meio da construção do conjunto habitacional de interesse social chamado de Loteamento Expoente, promoveu a favelização, a formação de um espaço carregado de estigma onde são reproduzidas e fortalecidas as desigualdades e a pobreza.

A questão maior é que se você reúne uma comunidade que já vem de uma realidade de exclusão social, baixa renda, de áreas de conflito, é inerente a esse tipo de situação que se estabeleça a violência e isso não foi considerado no momento do planejamento. O que temos é uma gestão municipal promovendo a negação de direitos, isso por que não foram desenvolvidas ações que dessem conta da violência que se instalou ali, ignorando o direito a cidade e o acesso a todos os serviços públicos. O fato de morar em um bairro que tem estigma de violento torna o

direito a cidade negado, isso é notado nas falas dos moradores de que para conseguir um emprego precisam omitir o local onde moram.

Percebi que essa população vive uma condição de segregação que diferente do que defini como hipótese, não se dá pela distancia física, acontece pela decisão de colocar 470 famílias em um mesmo local, misturando-os sem ter nenhum laço anterior, sem importar o parentesco, a sociabilidade. Essa decisão de fazer um bairro para alocar a população vulnerável do município traz consigo um forte estigma que se constrói a partir de características que são daquela comunidade e são ressignificadas como negativas.

Concluo ainda que, o fato de os moradores estarem insatisfeitos com o ambiente onde vivem não diz respeito à estrutura das casas e apartamentos. Mesmo cientes de que não é a estrutura adequada, e de todas as limitações que o espaço impõe, isso não chega a ser um problema. O fator que desqualifica o Loteamento enquanto ambiente para uma moradia saudável e a dificuldade em relação ao convívio de muitas pessoas diferentes em um espaço pequeno e inquestionavelmente a insegurança e o medo que os assola.

Por fim, destaco que não pretendo com esta pesquisa argumentar pelo fim do programa Minha Casa Minha Vida, reconheço sua fundamental importância em proporcionar ao cidadão brasileiro o acesso ao financiamento da sua moradia apesar de considerar que é direcionando, notadamente, ao público que não constitui a maioria do déficit habitacional e que tem um amplo caminho a percorrer para garantir o acesso à moradia saudável.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA Caliane Christie Oliveira de. **As quatro décadas de atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em Natal-RN: a arquitetura habitacional.** Disponível em <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/059.pdf>>. Acesso em: 15 agos. 2016.
- AMARAL, Daniela Abreu; BRESSAN, Claudete Marlene Fries. **As mediações teórico-práticas do assistente social na política habitacional.** 2013. 1 CD-ROM Monografia (conclusão do curso de serviço social) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2013. Disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/0000ad/0000ad19.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- BARBOSA Gisele Silva, **O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em <[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_O\\_Desafio\\_Do\\_Deenvolvimento\\_Sustentavel\\_Gisele.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Deenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf)> acessado em 10 de setembro de 2016.
- BERGAN, Kurt. **Casa saudável: um estudo sobre os sentidos da moradia.** Kurt Bergan. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2005.
- BRASIL, **Constituição Federal.** Disponível em <http://200.217.71.99/data/site/uploads/arquivos/constituicao%20federal.pdf>. Acesso em: 14 AGO. 2014.
- BRASIL, Ministério das Cidades. **Estatuto da cidade.** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL, Ministério das cidades. **Estatuto da cidade guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília. 2001. Disponível em <<http://planodiretor.saoulourenco.sc.gov.br/leis/Estatuto%20das%20Cidades.pdf>>. Acesso em: 14 agos. 2014.
- BRASIL, Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação.** Brasília: 2004.
- BRASIL, Ministério das cidades. **Estatuto da cidade comentado.** 2010. Disponível em <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/EstatutoComentado\\_Portugues.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/EstatutoComentado_Portugues.pdf)>. Acesso em: 14 agos.2014.
- BRITO, Raphael Almeida Basílio de. **POLÍTICA URBANA E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: a função social da propriedade privada, os instrumentos de efetivação e a questão social da moradia.** UFMA. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/daefb349ba3cce786387Raphael%20Almeida%20Bas%20C3%20ADlio%20de%20Brito.pdf> . Acesso em: 15 agos. 2014.

CARDOSO Adauto Lucio, ARAGÃO Thêmis Amorim, ARAUJO Flávia de Sousa. **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: POLÍTICA OU MERCADO? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** XIV encontro nacional da anpur. Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Maio de 2011. Disponível em: < [http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto\\_cardoso.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto_cardoso.pdf) >. Acesso em: 15 agos. 2016.

CARVALHO, Fatima Mendes. **Década de 30 – os anos de incertezas**, 2009. [s.p.] Disponível em < <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/decada-de-30-os-anos-de-incertezas/27596/> >. Acesso em: 17 jul. 2016.

CARVALHO, Celso Santos, ROSSBACH, Anaclaudia. **O estatuto da cidade: comentado.** São Paulo: Ministério das Cidades / Aliança das Cidades, 2010.

CHAPECÓ. LEI COMPLEMENTAR Nº 541, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014. Disponível em <[file:///F:/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Plano\\_Diretor\\_Chapeco\\_2014.pdf](file:///F:/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Plano_Diretor_Chapeco_2014.pdf)> Acesso em: 28 de agosto de 2016.

COHEN, Simone Cynamon; BARCELOS, Mara Rejane Barroso. **Construção do "Habitat-Ação" saudável por meio de fundamentação teórico-metodológica do campo da semiologia do ambiente construído . Saude soc.** [online]. 2012, vol. 21, n. 3, pp.747-759. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000300019>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

CONSERVANI, Naiara. **SUBCIDADANIA E ESTIGMA: ELEMENTOS ORGANIZADORES DO URBANO.** Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2012. Edição 9 Maio /2012, ISSN 1983-2192. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/21787520-Subcidadania-e-estigma-elementos-organizadores-do-urbano.html>>. Acesso em: 15 agos. 2016

FALCÃO, Ismael Marinho. **Direito Agrário brasileiro**, p. 208. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfG9YAL/a-funcao-social-propriedade>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

FERREIRA, Andresa Rosa. **Programas de combate ao déficit habitacional brasileiro.** 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25348/000737944.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

IBGE. **Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000.** Disponível em < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/analise\\_populacao/1940\\_2000/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.

JÚNIOR, Nelson Saule; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil.** Disponível em <



<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf> >. Acesso em: 16 agos. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. Chapecó SC, 04 de abril de 1990.

LINS, Regina Dulce, et al. **O Plano Diretor como instrumento de política urbana sustentável: o (re)conhecimento dos vazios urbanos em Maceió**. 2003. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/imagens/OPlanoDiretorcomoinstrumentodepoliticaurbana.pdf> Acesso em: 13 jul. 2016.

Ministério das cidades. Plano Nacional de Habitação. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

NABIL, Georges Bonduki. **Origens da habitação social no Brasil**, v. xxix (127), 1994 (3.º), 711-732. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>. Acesso em: 10 agos. 2016.

NACIONES UNIDAS. Declaración de Stambul sobre los asentamientos humanos (1996). Disponível em: <http://www.unchs.org/unchs/spanhis/hagendas/ist-decs.htm>. Acesso em 15 setembro 2016.

ONU. Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II). 1996. Disponível em: [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org). Acesso em: 30/08/2016.

PEREIRA, Daniel Queiroz. Regularização fundiária e planejamento urbano: novas perspectivas para a redução do déficit habitacional. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 1-39, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1359/1147>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES; UAB, 2010.

PRADO, André Luiz. **Ao fim da cidade [manuscrito]: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas** / André Luiz Prado. 2014. 691 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2014.

RANGEL, Helano Márcio Vieira; SILVA, Jacilene Vieira da. **O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 6, n.12, p. 57-78, Julho-Dezembro de 2009. Disponível em <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/77/132> >. Acesso em 14 agos. 2014.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos, *Revista eure* (Vol. XXIX, Nº 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, diciembre 2003

ROLNIK, Raquel (Coord.). **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidades. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2002.

SABOYA, Renato. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro. Garamond. 2008

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Habitação em São Paulo**; *Estud. av.* vol.17 no.48, São Paulo May/Aug. 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200014). Acesso em: 15 agos.2016.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana", **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 37, p. Disponível em <19. [http://www.scie.lo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200014](http://www.scie.lo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200014)> Acesso em: 15 agos.2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, **Política de Assistência Social e habitação** – Desigualdade se combate com direitos. Prefeitura Municipal de Chapecó, Chapecó, 2003.

SIANO, James Alberto. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2000.

SILVA, Getúlio Borges da. **Caixas econômicas**: a questão da função social. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SOARES, LUIZ EDUARDO. **Segurança pública**: presente e futuro estudos avançados 20 (56), 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf>. Acesso em: 15 agos. 2016.

TRZCINSKI, Clarete. **Método de avaliação da execução do Plano Local de Habitação de Interesse Social em municípios de pequeno porte**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania**: reflexões sobre o direito à cidade. *Revista de Cultura e Política*. Unicamp. vol. 87. São Paulo, 2012.

UNITE NATIONS. The Vancouver Declaration on Human Settlements (1976). Disponível em: [http://www.unhabitat.org/campaigns/tenure/legal/van\\_dec.htm](http://www.unhabitat.org/campaigns/tenure/legal/van_dec.htm). Acesso em 15 setembro 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond. 2010.

VITAE CIVILIS. Disponível em: <<http://www.vitaecivilis.org.br>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Capítulo 8 de Loïc Wacquant, *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État* (Paris: La Découverte, 2006). Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>>. Acesso em: 15 agos. 2016.

**ANEXO I**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MORADORES.**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Título da pesquisa:** CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL:  
GARANTIA DE DIREITOS OU PRODUÇÃO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL?

**Pesquisador responsável:** Daiana Hetzel (Mestranda do programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais - Unochapecó).

Telefone para contato: (49) 8419-2466

**Demais pesquisadores:** Silvana Terezinha Winckler

Telefone para contato: (49) 3321-8100

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MORADORES**

Dados do sujeito entrevistado

Nome:

Local onde trabalha:

Idade:

Escolaridade:

Descrição (morador, síndico, etc):

---

Como é morar em um conjunto habitacional?

Quantas pessoas residem em sua casa?

Como foi a decisão de mudar-se para o expoente?

O conjunto habitacional atendeu as suas expectativas?

Foram oferecidos programas de adaptação aos moradores? Quais?

Já teve problemas com o abastecimento de água, coleta de lixo ou esgoto? Quais?

Como é o atendimento do poder público em relação a:

Transporte;

Saúde;

Educação;

Segurança;

Existe alguma situação que provoque medo nos moradores?

Existem regras pactuadas de uso e convivência no interior do condomínio? Quais?

Você percebe/sente que existe o sentimento de diferenciação dos moradores do Conjunto Habitacional Expoente em relação a outras regiões da cidade?

Que ações foram feitas pelos setor público em relação aos problemas do loteamento?

Em sua opinião, o loteamento expoente oferece condições para uma moradia saudável?

Se você pudesse sair daqui, sairia?

**ANEXO II**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA SERVIDORES PÚBLICOS**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Título da pesquisa:** CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL:  
GARANTIA DE DIREITOS OU PRODUÇÃO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL?

**Pesquisador responsável:** Daiana Hetzel (Mestranda do programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais - Unochapecó).  
Telefone para contato: (49) 8419-2466

**Demais pesquisadores:** Silvana Terezinha Winckler

Telefone para contato: (49) 3321-8100

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA SERVIDORES  
PÚBLICOS**

Dados do sujeito entrevistado

Nome:

Instituição/ departamento:

Tempo de atuação:

Função:

Qual sua relação, enquanto funcionário público com o conjunto habitacional Expoente?

Como se deu o planejamento do conjunto habitacional e que fatores foram considerados para a definição de localização e padrão arquitetônico?

Houve um planejamento para recepcionar este montante de famílias? Se sim como foi?

Como é o atendimento a essa população, e como foi lidar com essa mudança numerosa para os serviços?



A atual conjuntura de serviços públicos dão conta da demanda? Sim, não e o que poderia ser feito?

- a) infraestrutura ( ) sim ( ) não
  - Saneamento básico ( ) sim ( ) não
  - Abastecimento de água ( ) sim ( ) não
  - Esgoto ( ) sim ( ) não
  - Coleta de lixo ( ) sim ( ) não
- b) saneamento ambiental ( ) sim ( ) não
- c) mobilidade e transporte ( ) sim ( ) não
- d) equipamentos e serviço urbanos-sociais ( ) sim ( ) não

O que é necessário para que os serviços públicos dêem conta da demanda na sua opinião?

Já tiveram situações problemas em relação a oferta de serviço público? Quais? Quando?

Segurança ...

É possível identificar características de segregação ou estigma de inferioridade em relação aos moradores do Conjunto Habitacional Expoente? Qual, como na sua visão isso ocorre?

Quais e como foram as intervenções do setor público em relação aos conflitos socioambientais?

Em sua opinião, o loteamento expoente oferece condições para uma moradia saudável?